

Capítulo 7

RELAÇÕES DOS JOVENS COM A LITERACIA: CONTEXTOS DE SOCIALIZAÇÃO EM MEIO OPERÁRIO (Por João Sebastião)

7.1. Introdução

Objectivos da monografia

A constatação ainda recente de que os programas educativos nacionais possuem uma margem expressiva de insucesso, na tarefa de alfabetizar e manter uma parte significativa da população com uma capacidade mínima de utilização e processamento da informação escrita, levou a que o debate sobre o fenómeno do analfabetismo ganhasse novas dimensões. Investigadores e autoridades educativas debruçam-se agora não apenas sobre os níveis formais de educação escolar, mas procuram também analisar a influência de outras variáveis nas situações de ruptura entre as aprendizagens escolares e as capacidades reais para as utilizar quotidianamente. A esta tarefa depararam-se, contudo, obstáculos provenientes das informações bastante parcelares existentes nas estatísticas oficiais, que não permitem a percepção real da situação. Esse facto agrava-se ainda mais quando se procura informação sobre grupos específicos ou processos de aprendizagem não escolares, pois aí a pesquisa realizada é praticamente inexistente.

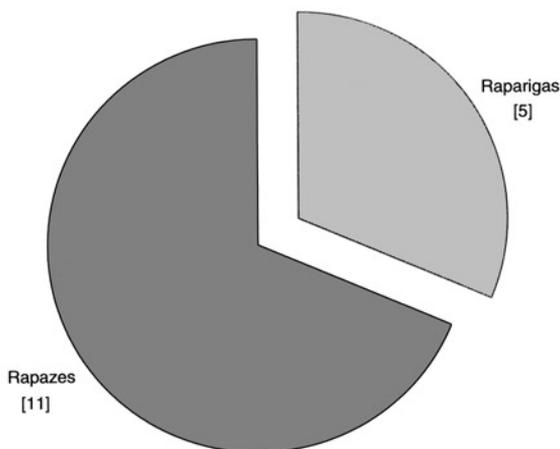
Esta monografia procura, dentro das suas limitações materiais e temporais, proporcionar uma primeira abordagem sobre o grau de difusão, circulação e utilização dos diferentes materiais escritos no interior de um grupo de jovens. Que experiências realizaram os jovens com os materiais escritos, que recordações guardam delas e que papel desempenham no seu quotidiano, são algumas das questões que procuraremos analisar. Tais objectivos colocaram-nos perante a necessidade de abordar algumas das dimensões da escolaridade obrigatória, da relação dos diferentes grupos socioculturais com a cultura escrita e os próprios processos da sua aprendizagem e utilização.

Notas metodológicas

Realizar esta pesquisa levantava à partida alguns problemas metodológicos que se impunha clarificar, dos quais o grupo a seleccionar era o mais

importante. Ao iniciarmos o trabalho de campo exploratório, cedo nos confrontámos com o fenómeno da “invisibilidade social”. Ao estabelecermos contacto com um grupo de jovens escolarizados, muitos deles no ensino superior ou alimentando expectativas quanto à sua futura frequência, verificámos a incapacidade para conseguirem referir antigos colegas ou amigos que já tivessem abandonado a escolaridade. A escola, enquanto instrumento socializador, reorienta as sociabilidades dos jovens, contribuindo para que, aqueles que conseguem usufruir das oportunidades limitadas de mobilidade social ascendente que esta proporciona, adoptem novos valores e práticas e se integrem em redes de relações com referências semelhantes. Este facto comprovou-se ao contactarmos um jovem de origem operária que já abandonou a escola e se encontra a trabalhar, que rapidamente referiu um número significativo de casos do seu conhecimento. Sendo nosso objectivo estudar as utilizações da literacia no interior de um grupo, sem a preocupação de criar uma amostra representativa de todo o universo jovem, este fenómeno de mútua exclusão levou-nos a optar por abordar os jovens originários das classes sociais mais baixas, pois são estes que maiores dificuldades encontram em se relacionar com os materiais escritos.

Gráfico 7.1: Entrevistados segundo o sexo



Foi da reflexão sobre estes factos que aos poucos fomos estabelecendo os contornos do grupo a entrevistar. A opção por realizar o trabalho no seio de uma corporação de bombeiros da periferia de Lisboa, com um número significativo de jovens de origem operária de ambos os sexos, resultou de nela

encontrarmos, num espaço único, um conjunto de elementos que nos permitiam abordar os objectivos a que nos havíamos proposto.

Foram entrevistados onze rapazes e cinco raparigas (Gráfico 7.1) com idades situadas entre os dezasseis e os vinte anos (Gráfico 7.2).

As origens sociais destes jovens situam-se maioritariamente no operariado e na pequena burguesia de execução (Gráfico 7.3), grupos de recrutamento por excelência dos bombeiros. Quanto à futura posição social destes jovens apenas podemos falar de tendências, pois se pela sua participação no corpo de bombeiros demonstram partilhar alguns dos valores típicos das classes mais baixas (abnegação, partilha, solidariedade), a actuação do processo de escolarização deixa um conjunto de possibilidades em aberto. Dos entrevistados, sete tinham abandonado a escolaridade, exercendo cinco profissões pouco qualificadas e encontrando-se outros dois à procura de emprego (Gráfico 7.4).

Gráfico 7.2: Entrevistados segundo a idade

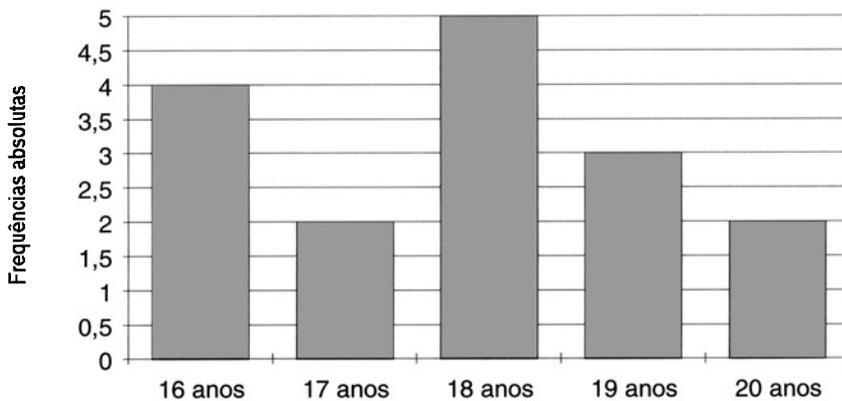


Gráfico 7.3: Lugar de classe do grupo doméstico dos entrevistados

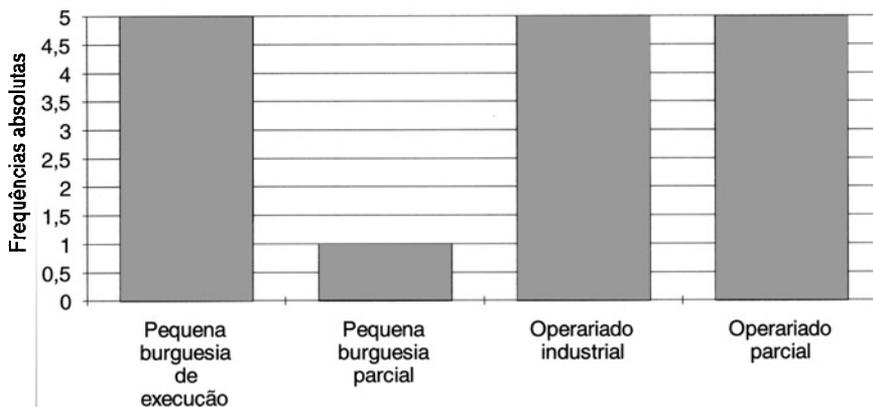
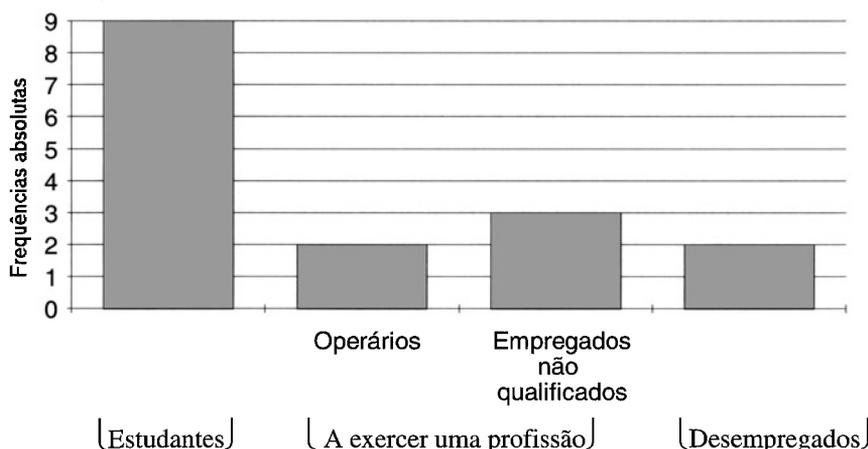


Gráfico 7.4: Condição perante o trabalho e profissões dos entrevistados

A maioria dos jovens encontrava-se ainda a estudar, embora tendo apenas como expectativa atingir o 12º ano. É de referir que todos atingiram a escolaridade mínima a que estavam obrigados (6º ano), tendo mesmo esta meta sido em geral ultrapassada (Gráfico 7.5). Há alguma melhoria do nível de escolarização relativamente à geração anterior (Quadro 7.1), embora nem sempre esse aumento venha a traduzir-se numa relação mais próxima com os materiais escritos, como veremos adiante.

Quadro 7.1: Nível de escolaridade atingido pelos pais dos entrevistados

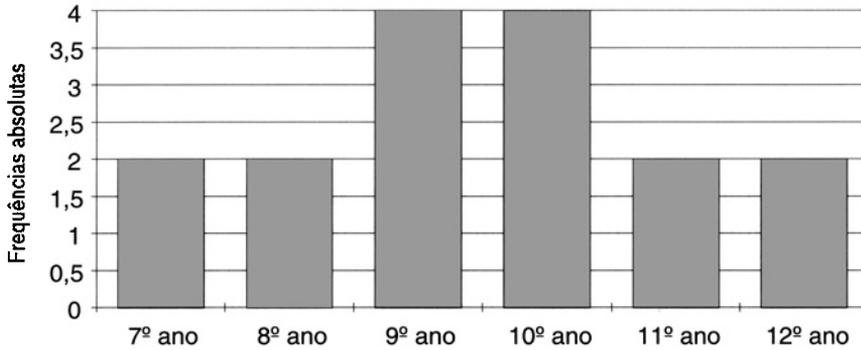
		MÃE ↓			
PAI ↓		4ª classe	9º ano	NS/NR	Total
4ª classe		9	1	—	10
7º ano		—	—	1	1
9º ano		1	—	—	1
Antigo 7º ano		1	—	—	1
NS/NR		1	2	—	3
Total		12	3	1	16

Contudo, se o nível educativo aumentou, este não se concretizou sem dificuldades, tendo 75% dos entrevistados reprovado pelo menos uma vez ao longo da escolaridade (Quadro 7.2). Estes números mostram claramente

que, para os jovens originários de meios sociais menos letrados, a escolarização representa um percurso recheado de barreiras que enfrentam com dificuldades e sem grandes perspectivas de futuro.

Caracterizado sumariamente o grupo de entrevistados, falta ainda referir o contexto de realização das entrevistas.

Gráfico 7.5: Nível de escolaridade atingido pelos entrevistados



Quadro 7.2: Sucesso escolar dos entrevistados

A frequentar		Abandonou	
Nunca reprovou	Reprovou	Nunca reprovou	Reprovou
4	6	—	6

Estudar as práticas de um grupo de jovens bombeiros significou abordar uma parte da chamada “cultura jovem”, embora enquadrada por um contexto fortemente socializador e integrador não exclusivamente jovem. Este aspecto é significativo, pois trata-se de um espaço em que convivem e trocam continuamente experiências várias gerações de bombeiros e sócios da associação, num regime de relativa abertura, embora com uma estratificação facilmente visível baseada na idade, posto ocupado e prestígio pessoal.

No quartel cruzam-se os momentos de lazer (na sala de convívio, no bar, nos corredores e pátio), de trabalho (na zona do piquete de serviço) e de aprendizagem (a escola de bombeiros, de socorrismo e a fanfarras), dando origem a uma densa rede de interações sociais. Conseguir um pouco de isolamento tornou-se muitas vezes difícil num espaço em que as interações são tão densas, obrigando a interrupções para estabelecer diálogos com terceiros ou a retomar as entrevistas e testes após o regresso de uma saída de ambu-

lância ou de um incêndio. Sendo um grupo com um grau de fechamento significativo, a reconstrução da rede de relações dos jovens permitiu, apesar disso, estabelecer o papel que os materiais escritos possuem no quotidiano do grupo.

Simultaneamente com a realização das entrevistas foram aplicados os testes de aferição dos níveis de literacia. Foi talvez aqui que maiores dificuldades se levantaram. Devido às características do grupo, rapidamente se espalharam as dificuldades dos diferentes testes, obrigando a um exercício extra de argumentação para obter a sua realização, acabando mesmo nalguns casos por se tornar impossível aplicá-los de forma completa.

7.2. Escolaridade obrigatória e literacia

Entre os objectivos centrais da escolarização encontra-se a concretização sistemática da aquisição e desenvolvimento de competências ligadas à literacia. Apesar do largo espaço de tempo decorrido entre os tempos do “ir à escola para aprender a ler, escrever e contar” e a actualidade, em que se valoriza a capacidade para “ler” a realidade sociocultural que rodeia os jovens, continuam a ouvir-se vozes clamando contra o que consideram ser o contínuo decréscimo da eficácia da escola. Como prova dessa afirmação é apontado o facto de alunos de níveis avançados do sistema de ensino continuarem a dar frequentes erros ortográficos e de muitos adultos “regredirem” à situação de analfabetos. Abordar as capacidades dos jovens para lidar com materiais escritos levou-nos a procurar o sentido dessa relação. Se à partida, e apesar da sua proximidade do sistema educativo, não são de facto conhecidas as suas competências, não podemos afirmar que sejam totalmente desconhecidas algumas das variáveis que com elas interferem. Existem já na sociologia da educação alguns contributos que fornecem pistas para o início da pesquisa, particularmente os contributos clássicos de Bourdieu e Bernstein¹ ou os mais recentes de C. Camilleri, M. Subirats, R. Iturra e A. Benavente², entre outros.

¹ Pierre Bourdieu, Jean-Claude Passeron e Monique de Saint-Martin, «Linguagem e relação com a linguagem na situação pedagógica», in Sérgio Grácio e Stephen Stoer (org.), *Sociologia da Educação – II*, Lisboa, Livros Horizonte, 1981; Basil Bernstein, *Language and Classes Sociales. Codes Sociolinguistiques et Contrôle Social*, Paris, Édition de Minuit, 1975.

² Carmel Camilleri, *Anthropologie Culturelle et Éducation*, Lausanne, Unesco-Delachaux & Niestlé, 1985; Marina Subirats, «Escuela y médio rural: una relación problemática», in C. Lerena, *Educacion y Sociologia en España*, Madrid, Akal, 1987; Ramón Flecha, *La Nueva Desigualdad Cultural*, Esplugues del Llobregat, El Roure, 1990; Raul Iturra, *Fugirás à Escola para Trabalhar a Terra. Ensaio de Antropologia Social sobre o Insucesso Escolar*, Lisboa, Escher, 1990; Ana Benavente, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Manuela Castro Neves, *Do Outro lado da Escola*, Lisboa, Editorial Teorema, 1992 (ed. orig. 1987); Ana Benavente, Jean Campiche, Teresa Seabra e João Sebastião, *Renunciar à Escola. O Abandono Escolar no Ensino Básico*, Lisboa, Fim de Século Edições, 1994.

A ideia da escolarização universal deu origem a políticas educativas cada vez mais alargadas que, apesar dos normativos que as suportam, têm encontrado muitas dificuldades para serem implementadas, seja pela diversidade crescente dos públicos escolares e diferentes entendimentos da sua utilidade ou pela rigidez da própria instituição. Das várias pesquisas ressalta um traço comum: o processo de aprendizagem realiza-se com grandes disparidades, quer nos seus resultados quer na forma como os diferentes grupos sociais com ele se relacionam. O insucesso escolar é massivo, socialmente selectivo e cumulativo, como resultado de um complexo processo simbólico em que valores, práticas socioculturais e institucionais se cruzam de forma conflitual. É, como já pudemos verificar noutra ocasião³, nas camadas sociais mais baixas, em que predomina a utilização da oralidade como meio por excelência de transmissão dos saberes, que as maiores dificuldades em terminar uma escolaridade bem sucedida se verificam. A este propósito, Baudelot e Establet salientam que um dos traços estruturais que caracterizam a actuação da instituição escolar moderna é, sem dúvida, o facto de esta nunca ter conseguido dotar toda uma geração dos conhecimentos considerados como elementares, embora a sua eficácia global tenha vindo a elevar-se progressivamente ao longo dos diferentes períodos históricos⁴. Sobre este aspecto, Ramón Flecha constata que os indivíduos com títulos escolares menos elevados, ou com menores capacidades de lidar com os materiais escritos, têm mais dificuldades em manter os seus empregos, sendo as percentagens de desempregados significativamente mais elevadas entre os analfabetos⁵.

Numa sociedade em que cada vez mais a circulação do saber se realiza sob a forma escrita, os grupos e indivíduos que, pelas baixas competências possuídas na utilização de materiais escritos, se vêem afastados da possibilidade de a ele acederem, encontram-se no limiar de um processo de exclusão e marginalização.

Analisar as experiências de contacto com os materiais escritos realizadas na escola proporcionou um conjunto de elementos que fornecem uma visão da relação que os jovens possuem com esses materiais escritos durante a escolaridade, sendo a sua importância devida a dois aspectos:

- à centralidade que possui na sua vida quotidiana, estruturando e limitando muitas das suas práticas;

³ Ana Benavente, Jean Campiche, Teresa Seabra e João Sebastião, *ob. cit.*

⁴ Christian Baudelot e Rogeoger Establet, *El Nivel Educativo Sube*, Madrid, Morata, 1990.

⁵ Ramón Flecha, *op. cit.*

– ao facto de ser na escola que a grande maioria das crianças contacta pela primeira vez de forma regular com materiais escritos e realiza as aprendizagens básicas que possibilitam a sua utilização.

O tipo de experiências realizadas aquando da iniciação e posterior utilização escolar da leitura, escrita e cálculo possui uma importância central. Estas são marcadas pelo conflito entre a preocupação obsessiva pelo domínio abstracto das suas regras de funcionamento e as utilizações em que apenas contam os conteúdos, sem que exista a preocupação de as tentar conjugar. Esta situação é particularmente penalizante para crianças provenientes de grupos em que a comunicação tem um sentido essencialmente utilitário, obrigadas a “vogar” entre os dois registos, sem que nunca surja claro qual o objectivo da aquisição dessas competências e saberes.

O tipo de relação que se estabelece com os materiais escritos durante a escolaridade conjuga-se assim com as referências obtidas através das inserções socioculturais dos jovens, contribuindo para a estruturação de atitudes negativas face à sua utilização.

A juventude, enquanto categoria social, resulta de um processo em que se entrecruzam referências de classe e familiares com elementos da chamada “cultura jovem”⁶. As experiências de contacto e utilização dos materiais escritos não se esgotam nas realizadas na escola, sendo estas referências um contraponto na confirmação ou não da facilidade e apetência pelo seu uso regular. Famílias e grupos de pares em que os materiais escritos marcam uma presença pouco significativa no seu quotidiano, dificilmente contribuem para que os seus membros tenham a familiaridade e desejo necessários ao seu domínio.

A literacia no quotidiano escolar

Ultrapassado o período inicial de alfabetização segue-se, para aqueles que o concluíram com sucesso, uma fase de consolidação e expansão das competências na utilização dos materiais escritos.

Sobre este momento encontra-se largamente difundida na sociedade a concepção que considera ser a alfabetização o momento fulcral de todo o

⁶ José Machado Pais, *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993; João Sebastião, «Modos de vida marginais: o caso das crianças da rua», in *Infância e Juventude*, n.º 2-95, Lisboa, DGSTM/MJ, 1995.

processo, sendo as más iniciações responsáveis pelos erros posteriores. Tal concepção oculta as dificuldades que crianças e jovens têm de defrontar ao longo da escolaridade, por considerar que a aquisição das competências se efectua de forma final durante esse período inicial. Torna-se assim, muitas vezes, sinónimo de desresponsabilização, delegando na criança o peso de uma “descoberta” para o qual não se encontra muitas vezes preparada.

A este propósito interrogámos os jovens acerca do apoio fornecido pelos docentes durante as aprendizagens escolares, tendo encontrado uma situação pouco motivadora. Os professores, com excepção de alguns da disciplina de Português, raramente ou nunca acompanhavam as produções escritas do quotidiano (apontamentos tirados na aula, escrita de sumários, fichas de leitura, etc.).

P – Os professores costumam ver o que os alunos escrevem?

R3 – Só o de Português. E é nos testes...

P – E os professores verificavam se vocês escreviam correctamente ou liam correctamente as palavras? Se percebiam aquilo que estavam a ler?

R10 – Alguns. Alguns dão importância a isso.

P – Mas a maioria dá ou não dá?

R10 – A maioria não dá, mas há professores que até assinalam. Quando uma palavra está mal escrita sublinham e tudo. Agora, há outros que dizem que, pronto, que não são professores de Português, dizem “não estamos na disciplina de Português, por isso... isso não me importa”.

O processo de escolarização caracteriza-se por exigir o domínio de linguagens progressivamente mais abstractas. O contacto com novos saberes traduz-se num conjunto de novos vocábulos de que é preciso dominar a ortografia e o sentido, para poderem ser manipulados correctamente. A atitude de desresponsabilização dos docentes é claramente penalizadora dos alunos com menor familiaridade em lidar com os materiais escritos, pois deixa-os entregues a si próprios perante as dificuldades, na ausência de famílias escolarizadas ou de esquemas de apoio eficazes nas escolas.

R9 – Tive uma professora de Biologia que, pronto, ela falava com palavras caras, punha nos testes essas palavras, só que a gente às vezes fazia uma pergunta, que não percebia, e ela... a gente perguntava e ela não respondia.

Como lidam então os jovens com este manancial de novas informações? Perante as dificuldades existem atitudes diversas. Alguns optam por questionar os professores, outros colocam primeiro as dúvidas aos colegas ou tentam resolver o problema por si (geralmente através do dicionário), e, por último, existem aqueles que simplesmente se fecham no silêncio.

P – Mas explicavam até perceberes, ou não?

R13 – A maior parte deles, não. A maior parte deles explica uma vez, “não compreendes, azar o teu”, correu mal.

P – Quando tu não compreendias o que os professores diziam, o que é que fazias?

R11 – Ao princípio ainda perguntava, mas depois deixei de perguntar.

P – Mas porquê, eles não explicavam?

R11 – Explicavam, só que como tinha negas... era sempre naquela de... pronto, este já está... tipo reprovado e não sei quê.

Se nem todas as situações serão tão fortemente negativas como as descritas, não deixa de ser uma realidade a falta de acompanhamento na resolução das grandes e pequenas dificuldades ao longo do percurso escolar, que parecem ser decisivas na futura facilidade de utilização dessas competências.

Outro indicador da forma como a escola se propõe desenvolver as capacidades de literacia dos jovens diz respeito ao tipo de utilização dos materiais escritos que aí se realiza. Ao analisarmos o quotidiano escolar destes jovens depara-se-nos uma relação com o saber que quase poderíamos caracterizar como semioral e copista. A utilização, pelo grupo, de manuais escolares para estudar ou consultar é diminuta, assentando as aprendizagens no registo sistémico das observações dos professores e no “ouvido” (Quadro 7.3).

Quadro 7.3: Fontes utilizadas para estudar

Estuda fundamentalmente pelos livros	Estuda pelos apontamentos tirados na aula	Estuda por ambos (livros e apontamentos)	Não estuda por nenhuns (“ouvido”)
—	12	2	2

Qual a razão desta centração quase exclusiva nos apontamentos tirados na aula? As razões apontadas são várias, todas elas dando voz a um certo desconforto em lidar com os livros escolares. De salientar que este desconforto

é ainda avolumado pelas opiniões negativas dos docentes acerca da sua qualidade.

P – E tu estudavas mais – quando tinhas de fazer pontos – estudavas mais pelos livros ou por apontamentos que tiravas nas aulas?

R5 – Pelos apontamentos.

P – Porquê?

R5 – Conforme o professor vai dizendo, a gente aponta no caderno e torna-se mais fácil estudar do que ‘tar a ler. É muito mais chato estar a ler dos livros do que dos nossos apontamentos.

P – O que é que achas dos livros que há na escola para estudar?

R2 – Alguns deles não me dizem nada, mesmo. Tanto que os ‘stores se queixam que têm de escrever tudo no quadro, porque os livros não explicam nada.

P – Mas achas que são simples, ou complicados?

R2 – Alguns são simples, mas há outros que a gente lê e não percebe nada.

R12 – Nunca os levava. Ficavam em casa.

P – Mas estudaste alguma vez por eles?

R12 – Nunca.

P – Então porquê?

R12 – Porque eu não gosto de ler.

R3 – Às vezes há livros que complicam ainda mais. Para além daquilo que eles explicam nas aulas, às vezes há livros ainda mais complicados. Uma pessoa olha para aquilo, parece um burro a olhar para um palácio. Que é o caso, como ela diz, de Filosofia (...). Acho que deviam ser livros que explicassem melhor as matérias. Que fossem mais objetivos.

P – E tu estudas mais pelos livros da escola ou pelos apontamentos que tiras das aulas?

R3 – Pelos apontamentos (...). Porque é mais fácil. Porque ao menos eu, quando estou a ler os apontamentos, sei aquilo que escrevi e consigo compreender aquilo que escrevi e às vezes os livros não... não dá para compreender.

Esta relação difícil com os livros surge ainda mais clara quando abordamos a frequência de bibliotecas (escolares ou não) e o tipo de leituras efec-

tuadas durante o tempo de escola. Apesar de todos os dezasseis entrevistados terem conhecimento da existência de uma biblioteca nas escolas que frequentaram, esta não pareceu exercer grande atracção. A sua frequência é diminuta (Quadro 7.4) e as razões dos que lá foram nem sempre tiveram que ver com a consulta de livros (Quadro 7.5).

Quadro 7.4: Frequência da biblioteca da escola

Nunca	Uma vez por ano	Mais de uma vez
5	7	4

Quadro 7.5: Razões da frequência da biblioteca da escola

Tirar fotocópias	Usar a sala para estudar	Consultar livros para trabalhos	Ler livros que não de estudo
1	2	3	4

Ir à biblioteca pode ser visto como algo que se efectua uma vez por ano, sem grande motivação, geralmente “obrigado” por algum trabalho escolar. Esse sentimento de distanciação face aos livros e a outros materiais escritos foi claramente expresso por um dos entrevistados:

P – E na escola, havia alguma biblioteca?

R10 – Francamente, não sei. Acho que há, mas...

P – Se não sabes, é porque nunca lá foste...

R10 – Não, não. Há biblioteca, há, mas eu nunca lá fui, nunca necessitei.

Esta relação desmotivada e obrigada com os livros dentro da escola prolonga-se para fora dela, sendo raros os jovens que têm conhecimento da existência de bibliotecas públicas (apenas quatro casos) ou, menos ainda, os que as frequentaram (dois casos, mas apenas pontualmente). A baixa familiaridade com os materiais escritos leva mesmo a que as bibliotecas sejam confundidas, em dois casos, com livrarias.

Outro indicador da relação distanciada com os materiais escritos é a leitura em tempo de aulas de outro tipo de livros que não apenas os directamente escolares. Longe de considerar os benefícios indirectos de tal prática no rendimento escolar, são raros os jovens que lêem/liam outros livros

durante a época escolar. Dos seis que referiram essa prática, cinco liam o *Tio Patinhas* tendo inclusive dois deixado de o ler porque “*se chateavam*”.

Saber e relação com o saber

Um elemento central desta relação negativa com os materiais escritos poderá estar relacionado com o tipo de saberes transmitidos na escola. A maior dificuldade nas aprendizagens referida pelos entrevistados é, de forma destacada, a Matemática, sendo seguida pela Filosofia e pelo Inglês. Os jovens atribuem as dificuldades nessas disciplinas, quer à má qualidade pedagógica do ensino, quer à própria dificuldade das matérias.

P – Porque é que tu achas que não percebes a Matemática?

R10 – Foi falta de bases, devido aos professores trabalharem em bancos, não estarem suficientemente preparados para dar uma aula, para tirar dúvidas, o tempo, acho que é um tempo mal aproveitado pelos professores e também por vezes os alunos abusam um bocado da confiança dos professores. Porque os professores às vezes não sabem já impor respeito.

Outro aspecto passa pela relação com os próprios saberes, cuja utilidade ou adequação é questionada, surgindo estes como um argumento para a má relação com a escolaridade.

R13 – Quando uma pessoa fala de Português começa logo a pensar em linguagem, fala, escrita. Mas o que a gente dá na escola não é nada disso. É interpretar poemas... Acho que isso não serve nada no dia-a-dia (...). Por exemplo, eu agora estou a falar consigo e não estou a falar de Florbela Espanca ou de Camões, ou uma coisa qualquer. Acho que não é preciso no dia-a-dia uma pessoa saber determinadas coisas que eles dão na escola que nunca... P’ra mim não me passa na cabeça falar nisso.

P – Achas que era possível dar alguma utilidade àquilo que se estuda na escola? O que é que tu mudavas na escola, por exemplo no Português?

R13 – O que é que eu mudava no Português? Para já tirava a matéria que eles dão. Prontos, é isso que eu estou a falar. Interpretar poemas e tal, acho que não interessa a ninguém e ... acho que metia outro tipo de matérias.

- P* – *Mas o que é que a Filosofia tem assim de tão complicado?*
- RI* – *Nem é bem complicado. Muitas das coisas que nós aprendemos em Filosofia, nós não concordamos com aquilo e... nós temos de concordar (...). Eu não concordo que nós tenhamos que estudar Filosofia, porque nós não temos nada a ver com as ideias dos outros. Estão-nos a impor as ideias que... em tempos uns tiveram, e temos de estudar aquilo, e temos de saber aquelas ideias. E, prontos, eu tenho as minhas ideias e não... às vezes não concordo com aquelas ideias que eles têm.*

Estamos pois longe da proximidade e desenvoltura na manipulação da cultura erudita e científica, típica de classes sociais mais elevadas. Para estes jovens o possível prazer retirado da exploração intelectual soçobra perante o contacto com saberes altamente formalizados, como a Matemática ou a Filosofia, que se libertaram, na linguagem por eles utilizada, de qualquer relação com o vivido. Essa ruptura leva-os a refugiarem-se em saberes eminentemente empíricos e de utilização quotidiana, conduzindo ao afastamento e alienação relativamente à cultura escolar e ao conhecimento científico.

7.3. A literacia como prática quotidiana

Grupo doméstico e literacia

O grupo doméstico constituía, à partida, um contexto que considerávamos central para analisar a relação dos jovens com os materiais escritos. Alertados pela constatação realizada por algumas pesquisas⁷ da existência de uma correlação positiva entre leitura e presença de livros durante a socialização primária – fosse a leitura realizada pelos pais para si próprios, para os filhos ou a simples presença de livros em casa durante a infância – e a existência por parte dos inquiridos de práticas regulares de leitura, procurámos avaliar da sua presença e relevância no quotidiano dos seus grupos domésticos.

Quando inquiridos acerca da existência de livros em casa, a esmagadora maioria dos entrevistados refere a sua presença (apenas um diz não existirem e dois não respondem). Contudo, ao analisarmos mais de perto esta “ampla” difusão dos livros pelos contextos familiares, verificamos que em muitos apenas existe um número reduzido de exemplares – por exemplo, uma História

⁷ Ana Benavente, Jean Campiche, Teresa Seabra e João Sebastião, *op. cit.*; Eduardo de Freitas e Maria de Lourdes Lima dos Santos, *Hábitos de Leitura em Portugal. Inquérito Sociológico*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1992.

de Portugal, num caso, um livro de receitas ou um dicionário noutros. É de salientar que as alusões à existência de livros em casa incluem as referências a situações em que bandas desenhadas e livros infantis são os únicos livros existentes (cinco entrevistados). Nestes últimos casos, os livros são entendidos como objectos típicos de uma determinada fase da vida que, quando ultrapassada, se abandonam por já não serem necessários.

P – E havia livros em tua casa?

R10 – Havia.

P – Livros de quê?

R10 – Sei lá. De... aqueles contos, sei lá.

R8 – Tinham, tinha lá um assim um de pequenino, O Príncipezinho.

P – Do Saint-Exupéry?

R8 – O Príncipezinho, não sei ... não sei dizer qual é ...

A leitura ou o recontar de histórias durante a infância constitui um indicador do tipo de relação existente nestas famílias com os materiais escritos. Raros são os pais que durante a infância contavam histórias aos seus filhos (Quadro 7.6), sendo que, daqueles que o faziam, nenhum utilizava qualquer suporte escrito como apoio (Quadro 7.7).

Quadro 7.6: Hábitos de recontar histórias

Os pais contavam histórias quando eram pequenos ?	
Sim	Não
4	12

Quadro 7.7: Origem das histórias

Dos que contavam histórias	
Liam	—
Orais	4

Nos casos em que os jovens referem terceiros como tendo contado histórias (a avó em três casos), também aqui a utilização da memória constituiu o suporte para essa actividade.

P – Quando eras pequeno os teus pais contavam-te ou liam-te histórias?

R4 – Não, os meus pais nunca tiveram tempo para mim. Porque trabalhavam muito.

P – Quando eras pequeno, os teus pais contavam-te histórias?

R16 – Não. A minha avó é que costumava contar.

P – *Que histórias é que ela contava?*

R16 – *Algumas do tempo dela, quando ela era nova, histórias que se tinham passado com ela.*

P – *E nunca te leram livros, livros de histórias?*

R16 – *Não.*

Procurámos ainda identificar outros tipos de utilizações de materiais escritos realizadas pelos membros do grupo doméstico, em particular a leitura de periódicos (jornais ou revistas) e o preenchimento de impressos correntes na vida quotidiana.

Quanto à leitura realizada pelos membros do grupo familiar, esta não pode ser caracterizada como muito frequente ou elaborada (Quadro 7.8). Limita-se a registar a leitura maioritária de um diário de características populares (o *Correio da Manhã*) e raramente de revistas, mesmo as mais populares como as ligadas à programação de televisão (*TV Guia*) ou as destinadas às camadas femininas das classes populares (*Maria*) (Quadro 7.9)⁸.

Quadro 7.8: Hábitos de leitura de periódicos pelos pais dos inquiridos

Os pais liam jornais/revistas	
Sim	10
Não	6

Quadro 7.9: Tipos de periódicos lidos pelos pais dos inquiridos

Quais ?	
Correio da Manhã	8
Diário de Notícias	3
A Bola/Record	3
Maria	1
TV Guia	1

⁸ O facto de o número de referências não coincidir com o número de respondentes resulta de existirem situações com referências duplas e triplas. A mesma situação surgirá, aliás, algumas vezes até ao final do texto.

No respeitante à utilização das competências de leitura, escrita e cálculo na resolução de situações da vida quotidiana, questionámos o grupo acerca do preenchimento de três tipos de formulários – os relativos ao Bilhete de Identidade, ao IRS e à matrícula na escola. Na generalidade dos casos estes são preenchidos pelos próprios (os pais no caso do BI e IRS, os jovens no respeitante à matrícula), não tendo sido possível apurar algo que seria importante – as dificuldades em o fazer. Se no caso dos jovens o preenchimento não suscita grandes problemas, é significativo o seu desconhecimento acerca das dificuldades de preenchimento por parte dos pais, para o qual nunca foram chamados a dar o seu contributo.

Apesar de estes dados não poderem ser tomados como generalizáveis acerca das práticas de leitura quotidianas das famílias originárias das classes populares urbanas, eles fornecem contudo um conjunto de indícios acerca do que poderá constituir o universo das suas relações com os materiais escritos. Estas são frágeis e raras, ultrapassando poucas vezes uma utilização com características utilitárias ou, em alguns casos, de tipo informativo/recreativo. A familiarização ou a iniciação à utilização de materiais escritos raramente se faz no seio da família, onde os livros constituem um bem utilizado parcimoniosamente.

Perante processos de contacto com os materiais escritos como os que até agora temos vindo a analisar na escola ou na família, que tipo de “leitores” e “escritores” serão estes jovens? Que atitudes desenvolverão face à utilização quotidiana desses materiais?

Literacia em contexto associativo intergeracional

Entre os contextos de inserção quotidiana destes jovens os bombeiros assumem uma importância significativa.

Contrariamente a muitas camadas de jovens cujas redes de sociabilidade se polarizam nos grupos de amigos e na família, para este grupo a corporação de bombeiros constitui um espaço misto com características pouco frequentes. O quotidiano do quartel de bombeiros é marcado por um ritmo irregular, em que os pedidos de auxílio, os acidentes, os fogos ou outros aspectos da vida do quartel constituem tema constante de conversa. O convívio dos jovens com várias gerações mais velhas de bombeiros e os processos de aprendizagem mais ou menos formais aí desenvolvidos (a escola de bombeiros, a fanfarra, etc.) dão origem a um intenso processo socializador e inte-

grador, com inculcação dos sistemas de valores éticos e morais considerados desejáveis para um bombeiro.

É nesta configuração particular que se desenvolve um leque de situações que implicam a utilização de materiais escritos e que lhe fornecem um carácter *específico, utilitário e quotidiano*.

Uma das actividades centrais do quotidiano dos voluntários é a prestação de um conjunto de serviços à comunidade na área da saúde, sendo confrontados com a resolução de situações mais ou menos graves (acidentes, deslocação de doentes, etc). Para serem considerados aptos a prestar esses serviços, os jovens bombeiros precisam de familiarizar-se com um conjunto de saberes relativos às diferentes situações com que se defrontam no dia-a-dia. A frequência, no próprio quartel, de cursos de socorrismo e de bombeiros, leccionados por bombeiros mais graduados, procura preencher essa necessidade. A aprendizagem e manipulação de saberes assume aqui características bastante diferentes das típicas de situações escolares formais, seja por serem claramente direccionadas para a prática, seja por apelarem à entajada constante.

P – Tinhas dificuldades porquê?

R6 – Porque uma pessoa não está habituada. Oh, há aqui nomes que eu nunca tinha ouvido, coluna cervical, crânio, tórax, abdómen, lombar, cintura pélvica, nunca tinha ouvido falar nisso!

P – Como é que resolveste esse problema?

R6 – Oh, é simples. Quando tirei o curso, cheguei ao pé do meu chefe na altura, “chefe, como é que é, tal, mas eu nunca ouvi falar disto”, “ah, isto é mais ou menos isto, tal...”

P – Portanto, foi o comandante que foi explicando o significado das palavras.

R6 – Pois, é lógico. A gente faz um curso.

P – E qual é a diferença que tu achas que há entre os professores aqui dos bombeiros e os da escola?

R9 – Somos todos camaradas, amigos e companheiros (...). Não há diferença. Embora eles tenham um posto mais elevado que o nosso, nós somos como uma família.

P – E na escola?

R9 – Alguns têm aqueles... Alguns têm preferências... pronto. Mas cá dentro eu acho que é mais uma família. Na escola já não é assim. As pessoas todas não se conhecem, a maior parte não se conhece, e andamos assim vagamente, em grupinhos.

Esta proximidade entre instrutores e candidatos a bombeiros facilita então a apropriação de saberes novos, muitos deles provavelmente já abordados durante a passagem pela escola, mas rapidamente esquecidos. Contudo, a circunstância de as aprendizagens serem realizadas num contexto menos formal não parece ser a garantia de uma eficaz integração. O que parece ser decisivo é o acompanhamento que é realizado na sua aplicação prática. O facto de serem competências que não se destinam a ser avaliadas de forma abstracta, mas integradas numa actividade quotidiana, permite que ao longo do tempo esse processo possa ser rectificado e consolidado.

P – Depois as pessoas que lêem isto nunca vos dizem se está alguma coisa mal, por exemplo os médicos ou os bombeiros mais velhos?

R8 – O coordenador de serviço às vezes vê ... se está alguma coisa mal, às vezes critica, pode dizer “isto está mal, devias ter feito assim ou assim” ou “fizeste bem”, às vezes também diz que fez bem.

R11 – Escrever é só as “partes de serviço” quando a gente vai para um fogo ou para o que houver (...). Em cada pasta há uma folha em que a primeira está sempre preenchida. E as outras, quem não sabe vai ver à outra (...). Apesar da recruta, com a prática é que se vai aprendendo a fazer as coisas.

P – Mas ficaste logo a saber, ou foi aos bocadinhos?

R12 – Foi aos bocadinhos.

P – E depois, quem é que te ajudou quando tinhas dificuldades?

R12 – Não fazia. Deixava a meio.

P – Deixavas em branco?

R12 – Sim. Mas carimbava no hospital e quando chegava cá, ensinavam-me o resto.

O carácter eminentemente utilitário e repetitivo de muitas das utilizações das competências ligadas à leitura, escrita e cálculo não impede que estas tenham frequentemente que ser utilizadas de forma não mecânica, como quando é necessário descrever o contexto das ocorrências, calcular áreas ardiadas ou solicitar melhores informações.

P - Mas fazem registos do que recebem?

R7 - Registos de chamadas e depois passamos também para o computador...

- P – Portanto, vocês têm uma série de trabalhos ali para fazer!*
- R7 – Sim, desde o registo de chamada, falar com as viaturas, temos um rádio..., é preciso também saber falar com as pessoas ao telefone, tentar arrancar informações das pessoas. É difícil uma pessoa que esteja em estado de pânico tentar pedir uma ambulância, tentar, prontos, tentar que uma pessoa diga as coisas como deve ser. Porque a pessoa geralmente só diz “venham depressa, venham depressa, está aqui alguém a morrer...”. É preciso tentar manter a calma. Manter a calma à pessoa.*

Existe ainda no quartel uma fanfarra que realiza a alfabetização musical dos seus membros, iniciando-os no domínio da leitura musical, o que constitui simultaneamente uma das principais portas de entrada para novos membros do corpo de bombeiros.

A utilização da literacia no quotidiano do quartel surge então como um processo marcado por constantes solicitações, que obrigam os jovens a colocar em actuação as competências e saberes adquiridos. Esta característica parece, aliás, possuir um papel determinante na manutenção e ampliação dessas competências, de par com o contínuo processo de interacção aquando do seu uso, que permite ultrapassar as dúvidas e fraquezas surgidas durante a aquisição inicial.

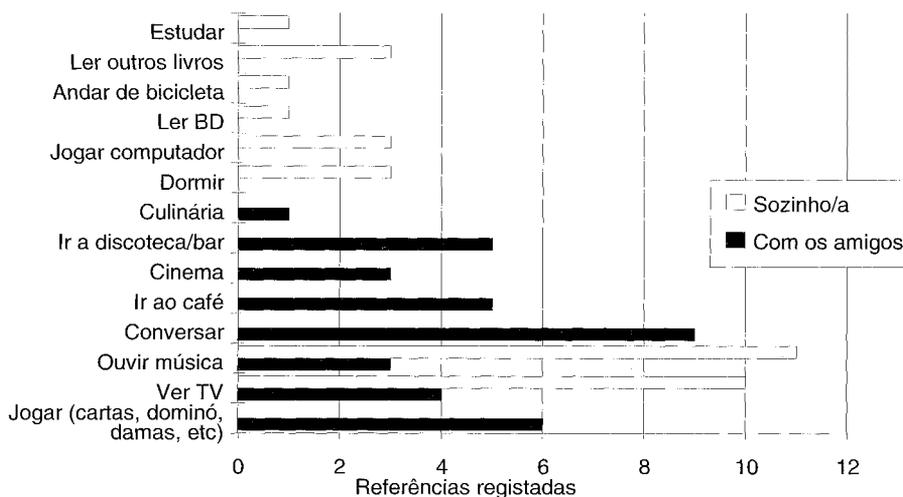
Hábitos e práticas juvenis de leitura e escrita

Falta agora abordar as utilizações de materiais escritos em situações de lazer. Durante o período em que contactámos com este grupo uma certeza foi possível observar quase de imediato – o quartel constitui o espaço central das suas relações de sociabilidade, local para onde convergem sempre que têm um momento livre. Esta situação provoca o frequente recobrimento entre as situações de trabalho, aprendizagem e lazer, dando origem a uma configuração muito particular. As amizades acabam por ser tendencialmente centradas nos bombeiros, enfraquecendo pouco a pouco a integração em outras redes de relações (de vizinhança ou mesmo as ligadas à escola). Esta centralidade surgia claramente quando inquiridos acerca dos modos de ocupação dos tempos livres, referindo muitos dos jovens que a sua forma de o fazer era “ir até aos bombeiros”, embora nem sempre isso correspondesse totalmente à realidade. Para ultrapassar esta “cortina” foi necessário um esforço de desagregação do todo “bombeiros”, o que veio a mostrar, apesar de tudo, alguma difusão e diversidade de utilização de materiais escritos.

Genericamente as formas de ocupação dos tempos livres neste grupo caracterizam-se por, quando sozinhos, se centrarem na TV e na audição de música; quando em grupo, na convivialidade (conversar, ir ao café, ir à discoteca/bar) ou então em jogos de mesa (cartas, dominó, damas, xadrez, pingue-pongue) (Gráfico 7.6).

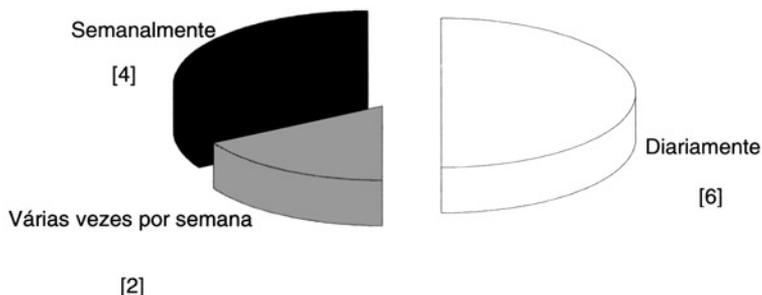
É de referir a fraca influência neste grupo de elementos ligados aos mais recentes movimentos de juventude ou consumos propostos pela indústria de cultura juvenil – os desportos “radicais”, a ida a locais da moda em Lisboa, etc. Vivendo na periferia da inovação social, seja por falta de recursos simbólicos para a entenderem, de recursos materiais, ou pela forte integração numa rede de relações em que circulam valores que privilegiam outras dimensões da actividade dos indivíduos (o desinteresse, a abnegação, o altruísmo), estes jovens reproduzem práticas que em outros grupos parecem estar em desaparecimento. Mas não é esta a única particularidade.

Gráfico 7.6: Formas de ocupação dos tempos livres



Ao analisarmos qual o peso relativo da literacia nos modos de ocupação dos tempos livres, verificamos que as práticas ligadas à utilização de materiais escritos possuem um duplo estatuto. Existe, de facto, uma utilização real e quotidiana das competências ligadas à literacia, seja através da leitura de periódicos (Gráfico 7.7) ou das legendas de televisão.

A compra pela direcção da corporação para a sala de convívio de um jornal diário e de um periódico das Associações de Bombeiros, conjugada com

Gráfico 7.7: Periodicidade de leitura de jornais/revistas

a prática de trazer de casa revistas já lidas, acaba por criar uma oferta razoável de materiais para leitura. Em particular nos momentos mais mortos eles constituem, a par da televisão, uma das formas mais importantes de passar o tempo entre serviços de assistência. A sua utilização é contudo variável, pois muitos dos presentes na sala limitam-se a ler os grandes títulos, utilizando-os depois como assunto de conversa. A leitura surge por vezes mais como pretexto para a interacção oral do que propriamente como uma actividade autónoma e regular, realizada com o objectivo de proporcionar um conhecimento mais aprofundado da realidade envolvente. Os hábitos de leitura de periódicos centram-se essencialmente em jornais e revistas de tipo popular ou desportivo, sendo quase inexistentes as referências à leitura de semanários (em geral mais caracterizados por artigos de fundo e de opinião) (Gráfico 7.8).

Existe ainda a outra face desta utilização de materiais escritos como prática de lazer. A leitura de livros (com algumas excepções para a banda desenhada) que não possua apenas objectivos funcionais é praticamente inexistente, deixando uma imagem empobrecida da utilização das competências ligadas à literacia (Gráfico 7.9).

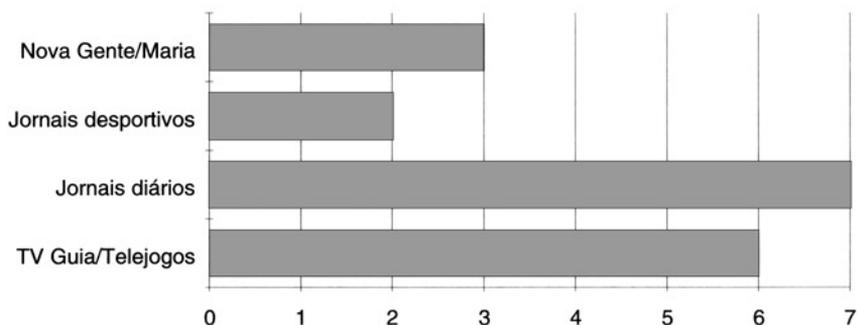
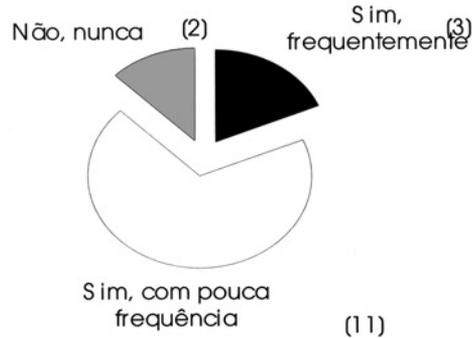
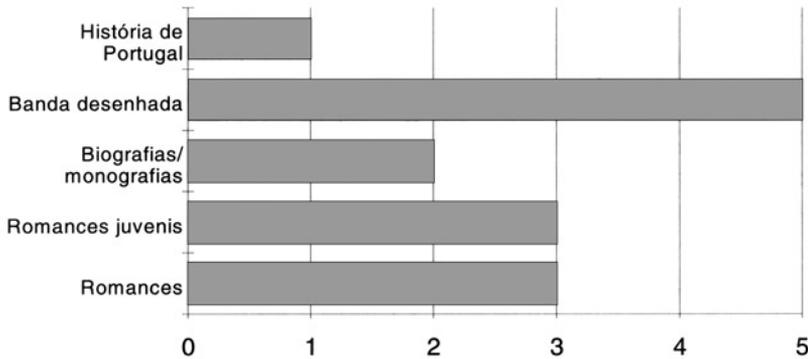
Gráfico 7.8: Tipo de periódicos lidos

Gráfico 7.9: Periodicidade de leitura de livros**Gráfico 7.10: Tipo de leituras realizadas**

A leitura de livros é rara dentro do grupo (apenas três jovens a indicam como forma de ocupar os tempos livres), sendo em geral restrita à banda desenhada ou a situações pontuais de aprendizagem (o Código de Bombeiros ou da Estrada na altura dos respectivos exames) (Gráfico 7.10). Ler não é uma actividade popular, pela dificuldade e isolamento que implica. A regularidade na leitura de livros é bastante baixa, tendo sido, na maioria dos casos, o último livro lido há vários meses.

P – Diz-me lá o último livro que tenhas lido?

R13 – Li um dos livros dos Sete ou dos Cinco... Uma coisa qualquer. Daqueles livros de bolso... apenas li um, mas não deu interesse nenhum.

P – Há quanto tempo foi?

R13 – Há uns quatro ou cinco meses atrás.

P – De lá para cá não leste mais livro nenhum?

R13 – Não. Só livros do Tio Patinhas, para adormecer.

P – Costumas ler livros?

R4 – Não! Não gosto de ler livros.

P – Porquê?

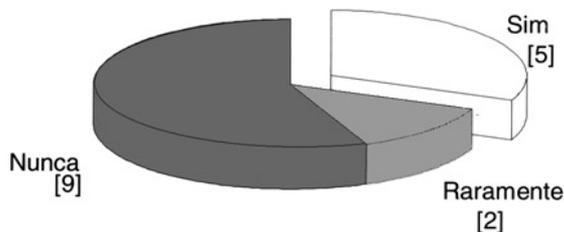
R4 – Porque sim! Não gosto, não tenho paciência! Não sei...

P – Lês o quê, normalmente?

R6 – Tenho lá agora um livro que saiu... Ayrton de Senna e saiu o livro... estou a ler aquilo com calma, que é para me aperceber da história toda. Comprei os dois livros também dele, tenho três cassetes também (...). Ah, leio, é claro, os quadradinhos, Billy the Kid, sei lá, Tio Patinhas, assim.

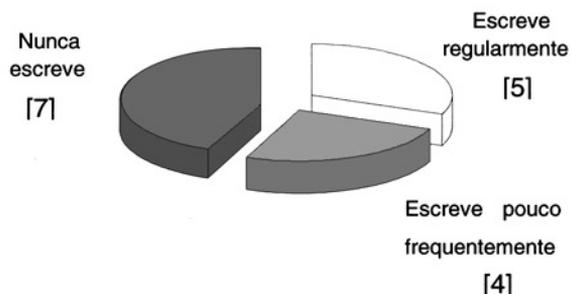
A inexistência de hábitos de trocar livros com amigos ou colegas (Gráfico 7.11) mostra que não representam um elemento com significado no seu quotidiano, pois, enquanto objectos materiais e simbólicos que não circulam dentro do grupo, não desempenham qualquer papel no desencadear ou cimentar de relações de interconhecimento e amizade.

Gráfico 7.11: Hábitos de troca de livros

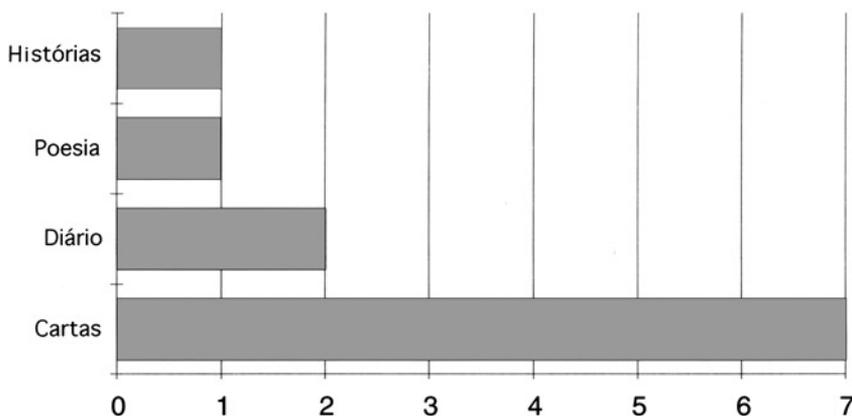


A relação ténue com os livros revela-se de novo quando abordamos a utilização de uma pequena biblioteca existente na sala de bombeiros. Pudemos verificar a utilização praticamente nula que dela é feita, havendo mesmo alguns dos jovens que, apesar da sua visibilidade, nem tinham reparado na sua existência.

Já a utilização da escrita parece ter características um pouco diferentes. A escrita faz parte integrante do quotidiano (no emprego, na escola, no quartel), o que parece ter algum efeito positivo na sua utilização como instrumento de comunicação (Gráfico 7.12).

Gráfico 7.12: Hábitos de utilização da escrita no quotidiano

A escrita é utilizada em situações de comunicação (cartas a amigos e familiares), ou como forma de expressão dos sentimentos (diários, poesia) ou da criatividade (histórias) (Gráfico 7.13). São predominantemente os rapazes que escrevem, seja diários ou poesia, em geral com o sentido de registo de emoções ou de situações durante um período alargado de tempo. Esta prática, embora algo difundida, acaba geralmente por ser abandonada à medida que o tempo passa e se vão alargando as suas relações sociais. Existem ainda referências à utilização da escrita nas situações de trabalho, embora com características meramente funcionais – registo de pedidos, de serviços prestados, etc.

Gráfico 7.13: Tipos de utilização da escrita

7.4. Conclusão

A análise realizada permite retirar algumas conclusões acerca da relação deste grupo de jovens com os materiais escritos.

Ao longo da pesquisa foi-se tornando evidente a importância dos contextos de integração destes jovens para o desenvolvimento de competências e práticas de utilização dos materiais escritos. Pudemos verificar que os contextos que produzem solicitações quotidianas, de tipo não abstracto, conseguem promover a sua utilização e mesmo o alargamento das competências de literacia. Os bombeiros, por oposição à escola e à família (embora por razões diversas), levam os jovens, de maneira mais ou menos formal, a progredir nesse sentido. Mais do que produzir processos selectivos na utilização desses materiais, como é típico na escola massificada, estruturam situações de aprendizagem tendo como pressuposto o intercâmbio de saberes e a entrelaçada entre os diferentes intervenientes. A “democratização” dos saberes e a sua discussão no próprio momento da utilização contribuem para uma elevada eficácia nas aprendizagens. De facto, não verificámos a existência de algum caso de insucesso nos vários processos de aprendizagem neste contexto.

Apesar do papel positivo desempenhado pela corporação de bombeiros, parece-nos existir uma fraca transferência de experiências entre os diferentes contextos. A dependência do grupo face ao contexto escolar para realizar a aquisição das competências básicas é aqui fundamental, ante a fraca escolarização das famílias e à reduzida existência de processos de familiarização com os materiais escritos. Esta contradição entre contextos familiares e escolares traduz-se numa situação com efeitos claramente negativos. Originários de grupos sociais em que a oralidade constitui o meio por excelência de transmissão de saberes e experiências às gerações mais novas (logo, contextos que promovem o desenvolvimento de capacidades que a escola aprecia mas apenas utiliza marginalmente, como a capacidade de memorizar e dar respostas a situações essencialmente a partir de registos orais), os jovens confrontam-se com aprendizagens baseadas quase exclusivamente em suportes escritos. As elevadas taxas de insucesso escolar que registam ou as raras idas às bibliotecas são indicadores deste desfasamento, para mais quando a própria instituição se descompromete da verificação efectiva das aprendizagens e da criação de mecanismos compensatórios que possibilitem, a grupos com estas características, reduzir a situação de desvantagem relativa em que se encontram. Mais do que a promoção efectiva de saberes e competências, o que a escola parece assumir face a este grupo de jovens é o papel confirmador das desigualdades sociais através da sua retradução escolar.

O papel desempenhado pelos materiais escritos no quotidiano é ambíguo e dependente das solicitações existentes. Apesar de a escola ser um contexto de inserção juvenil em que os livros possuem um papel central, este parece ser reduzido a uma utilização forçada e de características repetitivas. Os livros surgem como uma caixa que é preciso abrir, mas para a qual não se encontra a chave. Mais do que a mera descodificação de símbolos, o que está em causa é a relação com saberes estranhos, que utilizam linguagens e concepções da realidade ainda mais distantes. Verifica-se, contudo, que nem sempre assim tem de acontecer, como sucede nas aprendizagens realizadas nos cursos de socorrismo ou na Escola de Bombeiros.

A elevação significativa dos níveis de escolarização relativamente à geração anterior não parece ter efeitos muito relevantes, particularmente no que diz respeito à criação de hábitos de leitura. Originários de famílias em que os incentivos à utilização de materiais escritos são reduzidos, seja pela inexistência física de livros ou pela fraca qualidade das experiências que proporcionam aos membros mais novos, os materiais escritos acabam por ocupar um lugar pouco importante no seu quotidiano. As situações em que tal não acontece são devidas ao aparecimento de estímulos do exterior que, pelo menos numa primeira aproximação, parecem ter alguns efeitos positivos na alteração dessas práticas. A posse de livros reduz-se muitas vezes a livros de banda desenhada pouco elaborada, ou a um número muito reduzido de exemplares de títulos literários, sendo quase inexistentes os hábitos da sua troca. Este panorama altera-se quando incluímos as publicações periódicas, que constituem um elemento central na utilização quotidiana das competências ligadas à literacia.

Estamos então perante um grupo com uma relação “fraca” com a cultura escrita e sem grandes motivações para a sua utilização, tendência que reproduz características dominantes nos seus contextos familiares. A frequência mais alongada da escolaridade não parece fornecer contributos que alterem muito este panorama, para o qual partes significativas da sociedade portuguesa parecem indiferentes.

Capítulo 8

A LITERACIA NA VIDA QUOTIDIANA DOS IDOSOS: DUAS FREGUESIAS DO CENTRO HISTÓRICO DE LISBOA

(Por Leonor Teixeira e Miguel Fontes)

8.1. Introdução

Esta monografia suscita, a abrir, dois esclarecimentos. Em primeiro lugar, a sua concretização constitui um dos elementos da estratégia metodológica desenvolvida pelo Estudo Nacional de Literacia. Assim, pretende-se aqui concretizar uma perspectiva de abordagem qualitativa que tem como objectivo genérico a análise das competências transversais da literacia contemporânea em contextos socioculturais particulares. Em segundo lugar, no prosseguimento deste objectivo genérico, esta monografia surge com a pretensão de ilustrar os modos de relação com a literacia nas situações do quotidiano e o lugar da cultura letrada na vida de um estrato da população – os idosos – que não são abrangidos pelo inquérito nacional aplicado pelo projecto. Escolheu-se, para isso, o contexto particular de duas freguesias do centro histórico da cidade de Lisboa, Santa Catarina e Mercês. Trata-se, se quisermos, de apreender e reflectir as dinâmicas locais da relação com a literacia neste grupo etário e numa zona da cidade onde, como é sabido, se acha concentrada uma faixa considerável da população idosa lisboeta.

No que respeita à forma como este trabalho se apresenta estruturado, após algumas considerações introdutórias acerca dos pressupostos teóricos e metodológicos que orientam a realização deste estudo de caso, procura-se concretizar um esforço de contextualização da situação e de enquadramento social do idoso, desdobrando-o em dois momentos.

Assim, num primeiro momento, faz-se uma breve abordagem dos principais aspectos demográficos e sociais que contornam a problemática da velhice e do envelhecimento urbano: essencialmente, trata-se de uma reflexão, por um lado, sobre as transformações originadas pela dinâmica demográfica no quadro social envolvente e, por outro, sobre as respostas organizadas, formais, dos agentes em presença na cidade. Mas para abordar este problema da velhice surge como inevitável, para uma análise que se pretende sociológica, procurar perceber a lógica da construção social da categoria

“idoso” neste contexto social. E por isso, num segundo momento, tentou-se desmontar as representações e os discursos em torno da população em questão e dos problemas que lhe surgem associados.

Seguidamente, procura-se enunciar e problematizar a questão central que motiva esta pesquisa, isto é, o significado de que a relação com a literacia se reveste neste mesmo universo social: trata-se de equacionar os problemas que a relação com a literacia coloca à integração e participação no mundo moderno, em particular no que respeita à população idosa.

O que se pretende, na continuação, é focalizar qualitativamente o lugar que a literacia ocupa no contexto particular dos idosos de Santa Catarina e das Mercês. Depois de um breve apontamento sobre as transformações sociodemográficas nessas freguesias, procura-se retraduzir – leia-se: interpretar descritivamente – as questões levantadas a partir da relação quotidiana com a literacia, ou, se quisermos, de modo mais concreto, a partir das situações que regularmente convocam o uso das competências de literacia. Pretende-se, ainda, perceber de que forma o idoso se posiciona perante o confronto com as necessidades e exigências definidas por essas mesmas situações: por um lado, pela forma como resolve os problemas levantados; por outro lado, através da forma como se auto-avalia, quer em termos das dificuldades sentidas, quer em termos do lugar que ocupa na comunidade envolvente; por outro lado, ainda, em função dos discursos, das representações e da avaliação que aqueles que lidam de modo regular com o idoso e que o enquadram institucionalmente reproduzem.

Por fim, procura-se reflectir e problematizar as implicações decorrentes da abordagem construída ao longo da pesquisa, numa tentativa de identificar e sistematizar as perspectivas pertinentes ao entendimento do significado dos contornos que assume a dimensão da literacia no quotidiano e no universo social do idoso.

Importa agora explicitar algumas opções metodológicas tomadas a partir da assunção dos objectivos e do objecto de estudo em questão. Após uma primeira abordagem ao terreno, foi possível desde logo definir quais iriam ser os locais centrais para o processo de observação: um centro social de Santa Catarina e um das Mercês, o centro de saúde, a junta de freguesia de Santa Catarina, as respectivas igrejas paroquiais, os correios e o banco.

Dois critérios óbvios orientaram essa escolha: teriam de ser lugares regularmente frequentados pelos idosos ou que desempenham um papel importante no seu quotidiano, e onde se proporcionem situações que façam apelo às competências de literacia. De entre estes, os centros sociais acabaram por constituir o espaço privilegiado para o acesso directo ao idoso e à sua vida diária, sobretudo porque é neles que passam a maior parte do dia. Por isso mesmo, a entrada nas suas residências tornou-se desnecessária: por um lado, quase só se encontram nelas ao fim do dia e, por outro, aquilo que nos interessava – os hábitos quotidianos na relação com os materiais escritos – passa-se essencialmente nos centros de dia; podemos mesmo dizer que aqui encontramos a dimensão da relação com a literacia no espaço doméstico. Todos os outros locais serviram sobretudo para perceber o tipo de situações que implicam materiais escritos com que o idoso se confronta, e para entrevistar aqueles que nos pareceram ser informantes privilegiados nesses mesmos espaços: os funcionários dos correios e do banco, os médicos do centro de saúde, a presidente e a advogada da junta de freguesia e os padres das duas paróquias.

No seguimento da definição daqueles que foram os principais locais e sujeitos abordados, importa também esclarecer as lógicas de observação que pretendemos operacionalizar durante o processo de pesquisa.

Assim, por um lado, sistematizámos uma grelha de observação e de registo, um instrumento que foi flexibilizado ao longo da pesquisa e onde surgem os tópicos conceptuais com que abordámos o conceito de literacia. Esta grelha não é mais do que a tradução operacional de uma perspectiva multidimensional que reconhece a multiplicidade de competências e de contextos. E, por isto mesmo, ela abrange três dimensões fundamentais da literacia – a literacia em prosa, documental e quantitativa – ao mesmo tempo que situa as competências mobilizadas em três dimensões da vida quotidiana: a vida profissional, a vida pessoal e a vida cívica. Mas, uma vez que a esquematização desta grelha pretendia o enquadramento do objecto do nosso estudo (o idoso e a sua relação com a literacia), importa ressaltar que nesta tridimensionalidade, uma vez que se trata de uma população reformada ou “inactiva”, a dimensão profissional surge retraduzida em termos do significado do percurso profissional passado.

Por outro lado, durante o processo de observação, estabelecemos longas conversas com os idosos, informalmente proporcionadas mas formalmente

preparadas, do mesmo modo que estruturámos um conjunto de entrevistas semidirectivas destinadas aos informantes privilegiados.

8.2. O envelhecimento: breve abordagem sociodemográfica

Antes de mais, importa esclarecer que, em termos metodológicos, assumimos uma postura que prossegue um esforço interpretativo de contextualização, assente na ideia de que as competências e os usos que delas se fazem na relação com os materiais escritos só podem ser qualificados a partir dos campos de posições e relações sociais, e em função dos critérios aí prevalentes.

Esta perspectiva de focalização sociológica do fenómeno da literacia no universo social do idoso define então, em termos de enquadramento teórico e empírico, as implicações do tipo de abordagem que pretendemos desenvolver. Como não podia deixar de ser, a expressão das relações com a literacia está carregada de significados, de sentidos, que remetem para a ordem social mais geral, onde são, na linguagem sociológica, simultaneamente estruturadas e estruturantes. Trata-se, assim, num primeiro momento, não só da necessidade de localizar o idoso por relação às tendências estruturais sociais e demográficas que contornam o problema do envelhecimento, e em particular do envelhecimento no espaço urbano, mas também da pertinência de reflectir os principais aspectos da construção social da categoria “idoso”.

O peso crescente dos idosos nas estruturas populacionais tem vindo a ser, nas últimas décadas, um dos traços mais fortes da evolução demográfica da generalidade dos países industrializados; Portugal acompanhou rapidamente essa tendência com um duplo envelhecimento no topo e na base da pirâmide etária. Tal como o comprovam alguns estudos, este fenómeno constitui um dos registos de maior relevo de entre as grandes tendências actuais da demografia portuguesa, e é acompanhado por um crescimento da população quase nulo, por um aumento da concentração urbana em torno de grandes pólos, e por uma considerável mutação das estruturas familiares.

Em primeiro lugar, a análise e reflexão científica sobre a especificidade da tendência para o aumento da proporção de pessoas idosas no caso de Portugal revela que, no nosso país, mais do que do aumento da esperança de vida, o envelhecimento da população decorre essencialmente dos efeitos combinados do declínio da fecundidade e da forte emigração dos anos 60 e 70. Este fenómeno do envelhecimento demográfico tem, então, implícitos

dois aspectos principais: uma conjuntura demográfica orientada no sentido de um duplo envelhecimento da estrutura da população, e um aumento da proporção das pessoas muito idosas.

Em segundo lugar, a concentração urbana em torno de grandes pólos tem assumido contornos que apontam alguns elementos importantes, sobretudo no caso de Lisboa.

Numa abordagem ao Plano Estratégico de Lisboa, Fernando José Ribeiro Pinto¹ verifica que por um lado, a cidade tem vindo a expulsar uma parte considerável da sua população mais jovem e em idade activa para a coroa dos municípios periféricos, existindo freguesias no centro histórico onde se está a atingir os limites críticos do abandono. Por outro lado, a par deste decréscimo da população residente no concelho, simultaneamente, a cidade tem sofrido um processo de envelhecimento, o qual é, de resto, confirmado no Censos de 91, cujos dados revelam que a proporção de idosos no total de habitantes da cidade não tem parado de crescer.

De facto, conforme descreve o autor referido, segundo o Recenseamento de 1991, "(...) a proporção do grupo etário com 65 e mais anos no total da população do Concelho é muito superior à mesma proporção relativamente à aglomeração de Lisboa, muito embora com uma ligeira diferença entre a aglomeração sul e a aglomeração norte, mostrando-se a primeira mais jovem que a segunda. Pelo seu significado a médio e longo prazo, deve observar-se ainda que, sendo a população do Concelho de Lisboa apenas 28,8% da população total da aglomeração de Lisboa (...), residem hoje na cidade 41,1% das pessoas idosas residentes em toda a aglomeração, ou seja, por outras palavras, vivem na cidade de Lisboa quase metade dos idosos de toda a área metropolitana"².

Alguns estudos realizados revelam, ainda, que é notório o facto de que as freguesias onde a predominância das pessoas idosas é maior são, também, aquelas onde o parque habitacional está mais envelhecido. Um outro autor, Paulo Machado, na abordagem que preconiza das transformações da dinâmica demográfica no quadro ecológico social da cidade de Lisboa, refere

¹ Fernando José Ribeiro Pinto, «O social e o sociológico do envelhecimento em Lisboa», in *Dinâmicas Sociais e Desenvolvimento* (Actas do Encontro de Vila do Conde), Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994.

² Idem, p. 245.

mesmo: “torna-se clara a existência de duas ‘cidades’ com processos distintos de transformação e composição demográficas e com um tecido habitacional igualmente diferenciado”³. Partindo desta observação, este autor denuncia a forte correlação entre índice de envelhecimento e carências do edificado e, portanto, a inevitabilidade de analisar as tendências registadas enquanto fenómenos indissociáveis de segregação sócio-habitacional e demográfica.

Fernando José Ribeiro Pinto ilustra bem esta reflexão acerca da questão do alojamento na análise do fenómeno do envelhecimento enquanto problema social de segregação: “em Lisboa, os idosos são particularmente afectados pelas deficiências a este nível, não só implicitamente por um contexto marcado pelo difícil acesso à habitação de construção recente e por um envelhecimento do edificado mais antigo, como, explicitamente, pelas estratégias de especulação fundiária e imobiliária que levam não só à degradação deliberada de muitos edifícios que ocupam os terrenos mais caros do chamado ‘casco urbano’ como também às fortes pressões de que são alvo para abandonarem as casas onde vivem de modo a não estorvar a exequibilidade do mercado”⁴.

Se entendermos a “velhice” enquanto forma pela qual cada sociedade conceptualiza um período determinado (terminal) do ciclo de vida dos indivíduos, percebemos o significado implícito a este sistema de segregação: de um ponto de vista sociológico, qualquer que seja a caracterização de uma situação de alojamento, esta tem de ser entendida, em certa medida, como expressão da significação que cada sociedade atribui aos grupos sociais em presença.

Paralelamente a esta perspectiva que problematiza a questão do alojamento, no que respeita ao particular do quotidiano de grande parte das pessoas idosas, torna-se inevitável interrogar também a forma como se têm articulado os serviços operantes em matéria de protecção social face à situação socioeconómica deste grupo etário.

Actualmente, apesar da generalização da cobertura em termos de protecção às pessoas idosas e que implicou um evidente atenuar das desigualdades perante o sistema de protecção social, é também verdade que o montante

³ Paulo Machado, «A (c)idade maior – para uma sociologia da velhice», *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 16, 1994.

⁴ Fernando José Ribeiro Pinto, *op. cit.*, p. 246.

das pensões é bastante baixo, deixando esta população numa situação de forte dependência em relação a outrem, nomeadamente em relação aos familiares.

Neste quadro, segundo os estudiosos, face a esta questão da dependência dos idosos, a reflexão sobre as solidariedades familiares, a entajuda, os suportes sociais e o apoio comunitário têm vindo a afirmar-se como componente importante dos debates sobre o futuro da protecção social e dos Estados-Providência, sobretudo quando confrontados com a crise que os sistemas de segurança social e de assistência atravessam devido às transformações que as sociedades conhecem, nomeadamente no que se refere ao emprego, à evolução demográfica e à inserção social de alguns estratos da população.

Em Portugal, a tese da sociedade providência evoluiu no sentido de definir que, face ao estado de desenvolvimento das funções estatais neste âmbito, são os grupos intermédios e as famílias quem garante a satisfação de uma grande parte das necessidades individuais de consumo. Conforme refere Maria José Ferros Hespanha, num estudo sobre a saúde e a velhice na sociedade providência, citando Boaventura de Sousa Santos, "(...) a sociedade é concebida como uma "rede de relações de interconhecimento, reconhecimento mútuo e entajuda baseada em laços de parentesco e de comunidade através da qual os pequenos grupos sociais trocam entre si bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade"⁵. Resumindo, ao exercerem uma função de protecção e de manutenção da estabilidade emocional e do bem-estar físico, estas relações de comunidade reforçam a integração social, particularmente em certos momentos da vida como seja o da velhice.

No entanto, a recomposição demográfica da cidade de Lisboa registada nas últimas décadas, que se traduziu na diminuição do peso relativo dos grupos de jovens e activos e no aumento da população idosa, vem questionar esta mediação enunciada em termos de sociedade providência.

Na medida em que as possibilidades objectivas de um suporte efectivo de uma pessoa idosa e da solidariedade intergeracional estão fortemente dependentes das condições de vida que a sociedade oferece à família, no caso

⁵ Maria José Ferros Hespanha, «Para além do Estado: a saúde e a velhice na sociedade providência», in Boaventura de Sousa (org.), *Portugal: um Retrato Singular*, Porto, Edições Afrontamento, 1993, p. 315.

concreto do meio urbano, essas condições objectivas estão fortemente relacionadas com o fenómeno generalizado da mobilidade das gerações mais jovens que se deslocam para outras zonas de residência.

Assim, o facto de em termos de distribuição populacional se assistir a um afastamento geracional (que tem um significado concreto no que respeita ao afastamento geracional familiar) tem vindo a demarcar o registo da evolução recente: isto é, o reforço de duas estruturas-tipo de agregado doméstico das gerações idosas residentes em Lisboa – o isolamento e a coabitação com outro idoso –, o que deixa uma percentagem relativamente baixa de idosos vivendo em famílias multigeracionais (com filhos e netos).

É por isso que, face a esta situação, a hipótese de uma minimização tendencial da situação de isolamento social dos idosos, apoiada nas características do habitat urbano e nas práticas de interacção geracional, encontra no espaço da cidade de Lisboa este forte obstáculo: a existência de uma segregação demográfica acentuada dentro da cidade e entre a cidade e a sua periferia interurbana.

É partindo desta realidade social que se impõe a focalização da estrutura das relações intergeracionais familiares e institucionais.

No que respeita à mediação familiar na gestão das necessidades sociais dos idosos, importa reter, da abordagem que temos vindo a concretizar, um aspecto essencial. Num contexto marcado pela recessão económica e por um processo de terciarização do espaço urbano e das suas actividades económicas, a importância da vida familiar como elemento estruturador da dinâmica local vem sendo substituída pela importância da actividade económica aí sediada. Assim sendo, o despovoamento familiar a que se assiste nos centros urbanos e que deixa um grupo de população, com mais idade e menos mobilidade, progressivamente isolado, afectou seriamente o apoio proporcionado pelas famílias, tornando-o mesmo insuficiente. Como consequência, a participação das instituições de solidariedade formal, com os seus respectivos meios técnicos, constitui, para grande parte dos idosos, a referência de apoio essencial.

Vejamos, então, como é que, no contexto da cidade de Lisboa, se têm vindo a edificar as estruturas formais de apoio aos idosos. Em termos gerais, a análise proporcionada por Fernando José Ribeiro Pinto define sinteticamente os contornos da situação a este nível: “nesse âmbito Lisboa apresenta

uma oferta ao nível de serviços e equipamentos considerada muito deficiente, tanto na perspectiva quantitativa da razão número de idosos/capacidade de equipamentos, como no que respeita à qualidade destes últimos, apesar de um esforço relativamente grande por desenvolver novas formas de resposta às necessidades específicas da população idosa, nomeadamente através dos centros de convívio, dos centros de dia e dos serviços de apoio domiciliário”⁶.

Esta escassez de oferta de serviços e de equipamentos vocacionados para responderem às necessidades da população idosa é também a realidade que caracteriza as freguesias das Mercês e de Santa Catarina. Para uma população, com mais de 65 anos, de 1529 e de 12 657 pessoas, estas duas freguesias têm, actualmente, uma capacidade de resposta claramente insuficiente para a cobertura das necessidades. Assim, Santa Catarina é abrangida por apenas dois centros de dia, sendo que um deles, compreendendo outras três freguesias, suporta no total 500 idosos e o outro, restringindo-se a Santa Catarina, permite o apoio somente a 68 idosos. Na freguesia das Mercês, a par de um único centro de dia, o qual serve diariamente 100 idosos, apenas existe mais um centro de convívio a funcionar na junta de freguesia, um pequeno lar privado e um albergue (que abrange outras faixas etárias). Perante o panorama da oferta disponível, verificamos efectivamente o quão diminuta e insuficiente é a capacidade de resposta.

Aliás, a própria assistente social do centro paroquial das Mercês confirma esta ideia, dizendo que tem permanentemente, na lista de espera, imensas pessoas necessitadas e ansiosas de poderem usufruir deste serviço de apoio. O mesmo nos foi testemunhado, nomeadamente em relação ao apoio domiciliário, pela assistente social do centro de Santa Catarina.

Para além das carências sentidas em termos do volume quantitativo da oferta de equipamentos sociais destinados ao enquadramento do idoso, foi-nos possível comprovar, a partir dos diferentes discursos, quer dos responsáveis pelos centros de dia, quer de todos aqueles que lidam diariamente com os idosos na prestação de outro tipo de serviços, a preocupação com o aprofundamento qualitativo desse mesmo enquadramento. Em particular não pudemos deixar de considerar relevante a unanimidade com que pratica-

⁶ Fernando José Ribeiro Pinto, *op. cit.*, pp. 246-247.

mente todos abordam a necessidade de uma acção conjunta e coordenada entre todos esses mesmos intervenientes na realidade do idoso.

Dizem-nos as assistentes sociais: “Não há nenhum esquema formal de coordenação; basicamente temos a freguesia e o bairro; nós funcionamos em termos de freguesia, com o Centro de Saúde, a Junta de Freguesia, a Biblioteca Camões; dentro do Bairro Alto este núcleo de contactos é mais alargado, mas tudo isto se passa em termos informais. Em termos formais, existe dentro do Projecto Integrado da Bica e Bairro Alto um subgrupo a trabalhar com os idosos”, acrescentando ainda: “cada um trabalha um bocado isoladamente, se bem que se tenha que mudar isso rapidamente, pelo menos do meu ponto de vista, porque no fundo estamos todos a trabalhar sobre o mesmo. A tendência é para mudar, sobretudo agora com a concretização do programa PIBBA. Acho extremamente importante a existência de mecanismos de coordenação de acção”.

Assim, se é verdade que informalmente todos reconhecem a eventual vantagem que decorreria de estratégias de articulação, em concreto ninguém ainda dinamizou de um modo consequente essa possibilidade. Em termos formais só recentemente surgiu o Projecto Integrado da Bica e Bairro Alto, no qual estão envolvidas as juntas de freguesia, a Santa Casa da Misericórdia, o Centro de Formação Profissional e os centros de dia. No entanto, todos parecem reconhecer que este projecto assume ainda uma importância limitada e aquém do que seria necessário.

Por outro lado, em termos de perspectivação da intervenção entendida como necessária para a melhoria do apoio destinado ao idoso, as palavras da presidente da junta de freguesia das Mercês resumem o que todos reivindicam: “equipamentos para a terceira idade; ter as conhecidas ‘oficinas do idoso’ que já existem em algumas juntas; mais centros de dia; quantificar e qualificar as necessidades da população e dar-lhes resposta envolvendo as pessoas; sensibilizar as pessoas para a situação dos idosos e para a necessidade de solucionar-lhes problemas, reenquadrá-los e envolvê-los; colónias de férias para idosos, por exemplo através de trocas com outras zonas do país; maior investimento nos centros de dia, na animação e dinamização de formas de enquadramento”.

Fernando José Ribeiro Pinto adianta ainda, na sua análise, a descrição de alguns aspectos gerais que definem e caracterizam o apoio destinado aos idosos e que é protagonizado por três conjuntos principais de estruturas – os

lares privados, os centros de dia e/ou de convívio e os serviços de apoio domiciliário – que coexistem com este mesmo objectivo de suporte social das necessidades deste grupo etário, ainda que concretizado segundo diferentes meios e estratégias de gestão.

No que respeita aos lares privados, com fins lucrativos, estes têm conhecido, nos últimos anos, um grande incremento na área de Lisboa, fazendo assim face à ausência de resposta por parte das instituições públicas e das instituições privadas de solidariedade social (IPSS's). Apesar de viverem de mensalidades elevadas, apresentam, geralmente, condições de conforto e qualidade aquém dos mínimos exigidos pela lei.

Os centros de dia e/ou de convívio, por sua vez, no serviço prestado à população idosa favorecem a sua permanência no meio familiar e social. Na sua maioria são geridos por instituições de solidariedade social, existindo no entanto ainda uma proporção relativamente significativa de carácter oficial, normalmente enquadrados pela Misericórdia de Lisboa, que no caso específico deste concelho é o interlocutor do Estado perante os serviços para idosos.

Por fim, as redes organizadas de apoio ao domicílio destinam-se, essencialmente, a minimizar as consequências da dependência física e do isolamento. Efectuando, porém, uma cobertura reduzida, este tipo de apoio abrange fundamentalmente a população idosa que é em parte “auto-suficiente” mas que revela carências ao nível da doença ou invalidez, da ausência de familiares, da necessidade de ajuda para os cuidados de higiene ou para as actividades domésticas quotidianas.

Sobre este cenário da disponibilidade de equipamentos sociais para idosos existentes na cidade de Lisboa, Paulo Machado, um outro autor já citado, conclui: “Uma leitura global permite concluir sobre a predominância ainda existente de equipamentos monovalentes, mal-grado a tendência verificada nos últimos anos para a polivalência dos equipamentos de apoio à designada Terceira Idade, designadamente em termos de prestação de serviços de vocação intergeracional. A predominância de equipamentos considerados ‘leves’, tais como Centros de Convívio e Centros de Dia, define a maioria do apoio a pessoas idosas como auxiliar de uma quotidianidade que, como vimos, é marcada pelo viver só ou acompanhada por outro idoso em habitat antigo”⁷.

⁷ Paulo Machado, *op. cit.*, p. 46.

Este autor alerta, ainda, para a generalização de uma certa clandestinidade, a este nível, referindo-se à existência de uma quantidade significativa de lares e residências que prestam serviços aos idosos, totalmente clandestinos – e por isso de difícil contabilização –, sendo apenas do conhecimento de um número restrito de pessoas.

Depois desta breve abordagem de alguns aspectos demográficos e sociais que contextualizam o problema do envelhecimento, seguindo a sugestão de Paulo Machado, se de um ponto de vista sociológico, partimos do princípio analítico de que “o produto da dinâmica social geradora do modo de vida da velhice não se pode dissociar da estrutura social, e das posições que cada grupo ocupa nessa estrutura”⁸, poderemos então “equacionar o modo de vida da população idosa, interpretando-o como a expressão do significado que cada sociedade atribui, em cada momento da sua trajectória, aos elementos estruturadores desse modo de vida”⁹.

Dito de outro modo, o que aqui está, essencialmente, em causa é o estatuto do idoso e as representações sociais construídas em torno do que se designa como a terceira idade. Esta é uma questão que, ainda que aparentemente, pode parecer, apenas e tão-só, uma discussão académica, bem ao gosto das abordagens desconstrutivistas das Ciências Sociais, assume uma importância pragmática na forma de pensar e actuar sobre a dita terceira idade. São estas representações sociais sobre o idoso que acabam por moldar os discursos e as acções que sobre ele incidem.

8.3. A construção social da categoria “idoso” e o discurso sobre a velhice: a realidade de Santa Catarina e Mercês.

Para a construção social do que se entende habitualmente por idoso, uma primeira questão que se coloca é a de saber que critérios concorrem para a sua definição. No discurso do senso comum a resposta a esta interrogação é construída a partir de um único critério: o biológico. Ou seja, considera-se idoso aquele que *já* entrou na fase final do seu ciclo de vida. Porém, o problema persiste com a delimitação desse *já*. Se forçarmos a resposta para um valor quantitativo, facilmente a idade de 65 anos é afirmada como fronteira. No entanto, mais do que cálculos processados a partir da média da esperança

⁸ Paulo Machado, *op. cit.*, p. 26.

⁹ Idem.

de vida, o que assume importância decisiva para a indicação da idade dos 65 anos é a associação que de imediato se estabelece com a idade definida legalmente (logo, arbitrária, mutável, isto é, socialmente construída) para que alguém se possa reformar.

Naturaliza-se deste modo um processo eminentemente social. Isto é, ao tomar-se os 65 anos como a idade limite a partir da qual alguém é considerado idoso, mais do que um critério etário, biológico, o que está em causa é o lugar ocupado por esse alguém no processo produtivo. Daí que, por consequência, num cenário em que se alterasse a idade de passagem à reforma, o que, por certo, se passaria é que mudaria também a atribuição do estatuto de idoso.

De facto, é da atribuição de um estatuto que estamos a falar. E, como já dissemos, este é um processo que está longe de ser indiferente. Porque, um processo classificatório, *estatutário*, não é socialmente neutro. Implica sempre a atribuição de significações, ou seja, implica uma valoração da realidade.

Aprender os discursos e as representações sociais construídas sobre os idosos, isto é, por um lado, dar conta da própria construção do “conceito” de idoso, e, por outro, procurar explicitar o modo como aqueles são apresentados pelos diferentes actores sociais e/ou institucionais, ainda que se trate de um esforço necessário, envolve, no entanto, uma limitação que importa, desde já, assumir. Trata-se de ter a consciência de que da pluralidade de actores decorre uma pluralidade de discursos, difíceis de identificar com precisão. Apelidá-los de senso comum, ainda que se trate de um reducionismo, não deixa de ser, no entanto, metodologicamente útil e epistemologicamente legítimo, para a exequibilidade desta pretensão que sabemos arriscada, mas também necessária.

Uma das representações sociais que mais frequentemente se podem testemunhar é a que tende a ver as pessoas idosas como um problema social. Por detrás desta associação encontra-se, por certo, a certeza de que existe no seio dos idosos um grande número de pessoas que são material e socialmente desvalorizadas. Mas, e ainda que essa seja uma realidade inegável, por detrás do entendimento dos idosos como um problema social está, também, uma outra convicção subjacente: a de que os idosos, porque de fora da esfera produtiva, fora do grupo dos activos, já não são cidadãos em toda a sua plenitude.

Herdada directamente da sociedade industrial, esta representação (ainda que hoje tenha tendência a esbater-se progressivamente, como mais adiante

daremos conta), associa de modo muito vincado a entrada na velhice à assunção de a incapacidade do indivíduo participar na vida social e de assumir as responsabilidades inerentes. Ou seja, não se trata apenas de deixar de desempenhar um papel no processo produtivo. O estatuto de reformado rapidamente invade todos os outros domínios da vida social e colectiva.

De facto, o trabalho, nas sociedades industriais, não se limita a ser o fundamento da vida material; ele dota o indivíduo de uma identidade psicossocial que não só lhe permite deter um determinado estatuto, como ser, também, o elo primordial de ligação entre o indivíduo e a sociedade. Dito de outro modo, envelhece-se à medida que enfraquece a força de trabalho.

E isto num tempo em que, por efeito das alterações estruturais que têm vindo a verificar-se no mercado de trabalho, a tendência é para que os cidadãos se reformem cada vez mais precocemente. Assim, não só os idosos têm vindo a deter um peso crescente na estrutura demográfica da sociedade portuguesa, como se atribui cada vez mais cedo, em termos cronológicos, o estatuto de idoso a alguém.

Para lá da ideia de “inutilidade” que se encontra mais ou menos subentendida nos discursos veiculados sobre a população idosa, uma outra que se lhe encontra associada é a de que esta se trata de uma população com determinadas características decorrentes da própria idade. É assim que, por exemplo, o pároco das Mercês afirma “(...) depois têm também os problemas característicos da idade. Têm um feitio difícil, são desconfiados...”. A mesma ideia é também defendida por uma das assistentes sociais quando se refere ao modo como os idosos lidam com o dinheiro: “controlam tudo e são muito desconfiados; é aliás uma característica de todos, sobretudo em questões de dinheiro. Nos pagamentos estão sempre a controlar os trocos, contam sempre os tostões”.

As representações sociais construídas e veiculadas sobre o idoso, para além de serem, como anteriormente afirmámos, elemento estruturante no modo de encarar a terceira idade e de sobre ela intervir (nomeadamente por parte dos actores institucionais) desempenham, também, um papel preponderante no modo como os idosos se vêem a si próprios.

Para lá da diversidade de situações, a maioria da população idosa sente-se claramente discriminada e socialmente excluída: “Quando se chega a velho já ninguém se importa connosco”. Ou num outro exemplo ainda mais elu-

cidativo: “Agora já ninguém quer saber de nós; acham que já não servimos para nada; que só damos maçada e trabalhos”.

Mas, apesar deste forte sentimento de que são uma população socialmente excluída, não deixam também de manifestar, nas suas práticas e no modo como verbalizam a sua situação, uma certa resignação, quando não mesmo uma significativa tendência para auto-exclusão, para a automarginalização: “Agora já estou velho, já não há nada para fazer: é esperar que o tempo passe”. Ou, quando interrogados sobre se gostariam de participar num conjunto de actividades lúdicas e culturais, muitos não hesitam em responder: “Ah, isso agora já não é para mim; quando era novo bem que gostava de ir ao cinema, de ir ver uma revista ao Parque Mayer, e ao domingo à tarde nada me fazia perder o meu pezinho de dança”.

Deste modo, e ainda que num primeiro momento os idosos se queixem e se lamentem do estatuto social que lhes é conferido, posteriormente são os próprios que, no discurso que sobre si elaboram e nas suas práticas sociais, acabam por integrar e, de algum modo, reproduzir essas mesmas representações.

Todos os que lidam com os idosos confirmam que estes se sentem, de facto, um grupo social marginalizado e excluído. Como referia uma das médicas do Centro de Saúde: “Ainda que dentro do seu contexto encarem as suas carências como algo normal têm, no entanto, consciência de que enquanto velhos constituem um grupo desvalorizado socialmente”. Quando procurámos indagar junto dos nossos “informantes privilegiados” do porquê deste sentimento expresso pela população idosa, é ainda uma outra médica que esclarece: “Sentem-se excluídos, porque ganham muito pouco e não são quase nada apoiados; a partir do momento em que já não são activos são pura e simplesmente ignorados”.

Relativamente às assistentes sociais, estas, ainda que conscientes das realidades que objectivamente estão na base dos processos da marginalização e da desqualificação social desta população e partilhem igualmente da opinião de que os idosos se sentem excluídos, reforçam a ideia de que são os próprios idosos que, muitas vezes, se desqualificam a si mesmos e por consequência se automarginalizam: “Alguns [idosos] vão-se excluindo cada vez mais; vivem num mundo à parte, e estão pouco receptivos a desafios que impliquem mudar algumas das rotinas que já construíram”, afirma uma técnica de serviço social do Centro de Santa Catarina, no que é secundada pela sua colega das Mercês: “Muitos demitem-se; acham que já fizeram tudo o que tinham

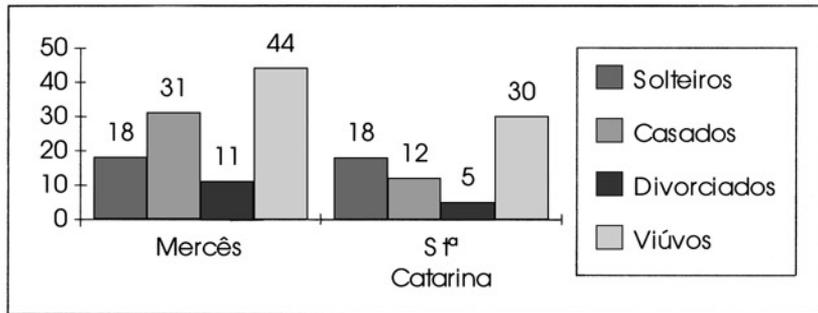
a fazer, já trabalharam o que tinham a trabalhar, e agora querem é que os deixem descansados”.

Se hoje existe já um consenso em torno do direito do idoso ao usufruto de uma solidariedade concreta, que se traduza na possibilidade de o idoso aceder a uma vida digna, não só existe ainda uma significativa discrepância entre a consagração desses direitos e a real capacidade da sociedade portuguesa em os assegurar minimamente, como esse entendimento não significa, por si só, que não persistam fortes limitações ao exercício de uma plena cidadania por parte da população idosa. De facto, a sua esmagadora maioria encontra-se numa situação de grande vulnerabilidade, isto é, vive, parcial ou totalmente, realidades nitidamente tipificadas como de exclusão social.

Todos os que, directa ou indirectamente, se relacionam com a população idosa entendem-na e referem-na como uma população vítima de inúmeros problemas, dos quais destacam, desde logo, a solidão.

Por exemplo, para os clínicos gerais que trabalham no centro de saúde que serve estas populações, a solidão é mesmo apontada como uma das principais causas de muitas das patologias que habitualmente estão associadas à velhice ou que nesta se fazem sentir com muita frequência. Referem, nomeadamente, o elevado número de idosos que têm depressões: “São pessoas sós; afastadas da família; pessoas com enormes carências afectivas, com tudo o que daí decorre: sentem-se frágeis, abandonadas, tristes, etc.”. Também as assistentes sociais destacam a solidão como um dos principais problemas com que muitos dos idosos se confrontam: “Muitos são idosos isolados, vivem sozinhos, a família mais chegada ou não existe, ou, se existe, raramente dá o apoio que seria necessário; para aqueles que estão acamados a situação então é dramática”. A este propósito, e ainda que não tenhamos dados quantitativos relativamente ao número de idosos que residem sós nestas freguesias, dispomos, no entanto, de alguns dados quantitativos que nos permitem alguma aproximação (ver Gráfico 8.1). Se atendermos ao estado civil dos idosos que frequentam os Centros Sociais com que trabalhámos, verificamos que o total dos não casados assume uma expressão muitíssimo considerável. Ainda que nem todos os que estão na categoria “não casados” vivam necessariamente sós, é, no entanto, legítimo pensar-se que essa será a situação em que se inscreve a grande maioria.

Gráfico 8.1: Estado civil dos idosos (que frequentam os centros sociais): distribuição pelas freguesias de Sta. Catarina e Mercês.



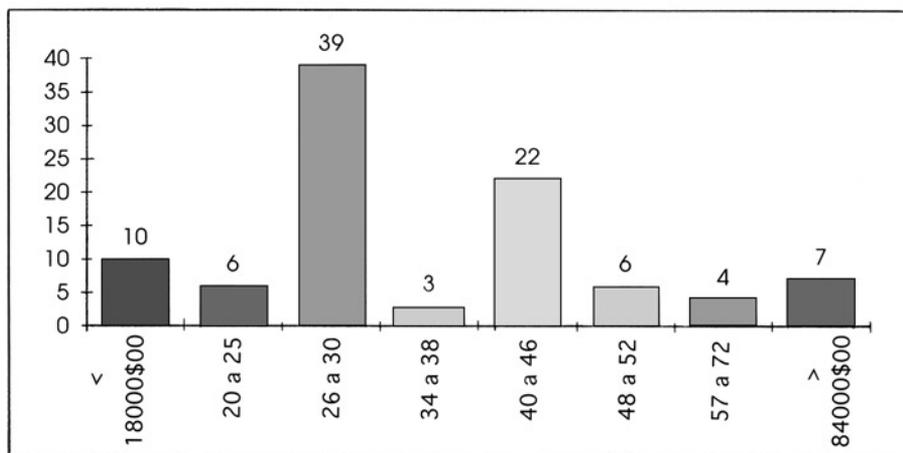
A par da solidão, outra situação muitas vezes referida como problemática é a das condições de habitação. A maior parte vive em casas muito antigas e degradadas, sem condições mínimas de higiene. Para além disso, para aqueles que habitam num terceiro, num quarto, ou mesmo num quinto andar, tal significa um enorme obstáculo à sua mobilidade. Sem elevadores, muitas das casas têm ainda a agravante de terem escadas mal iluminadas, altas, e até sem corrimão de apoio.

Em termos socioeconómicos, a grande maioria da população idosa residente nestas freguesias caracteriza-se por uma situação bastante precária, ou, se preferirmos, encontra-se no que a literatura da exclusão social designa por “situação de vulnerabilidade”. Conforme referem todos os que lidam quotidianamente com os idosos, por exemplo as assistentes sociais, estes auferem rendimentos muito reduzidos e claramente insuficientes para a satisfação das suas necessidades: “Isto é quase tudo gente pobre; é uma população bastante carente, com fracos meios económicos: uma parte tem 17 500\$00 de pensão e a grande maioria recebe à volta de 27 500\$00; por isso recorrem à Misericórdia para terem cartão de utente para a compra de medicamentos; a sua situação socioeconómica é realmente bastante desfavorecida”, afirma a assistente social do centro de dia de Santa Catarina. O mesmo é também testemunhado pela outra assistente social: “Do ponto de vista económico e social há de tudo um pouco; alguns com reformas relativamente boas, outros não tão boas, mas, de facto, a grande percentagem, a maioria, recebe a chamada pensão social, à volta dos 27 500\$00” (ver Gráfico 8.2).

Se, para alguns, a entrada na terceira idade pode significar um relativo movimento descendente em termos da posição ocupada na estratificação social, já que a passagem à condição de pensionista pode ter implicado uma

sensível quebra dos meios de vida de que dispunham antes, para a maior parte, que sempre teve poucos rendimentos e sempre viveu uma vida marcada por várias privações, essa nova condição significou, apenas, uma continuidade, um prolongamento de uma situação anterior.

Gráfico 8.2: Montante das reformas e pensões



Ainda que não disponhamos de dados quantitativos relativamente aos percursos profissionais anteriores, podemos, no entanto, afirmar que esta é uma população constituída na sua esmagadora maioria por pessoas que, quando activas, desempenharam actividades profissionais pouco ou nada qualificadas, mal remuneradas e, regra geral, fisicamente desgastantes.

Nas mulheres, o mais comum é terem sido costureiras, modistas, vendedeiras ou empregadas domésticas; nos homens, muitos foram operários, carpinteiros, marceneiros ou trabalharam na construção civil.

Relativamente à escolaridade, as fracas ou mesmo inexistentes competências em matéria de escrita e de leitura são, por todos, referidas como uma das situações que mais acentuam o grau de dependência destas pessoas, bem como todos sublinham a dificuldade que esta ausência representa na comunicação que com os idosos têm de estabelecer.

Em suma, a grande maioria dos idosos vive exclusivamente do que recebe da Segurança Social – pensões de reforma, invalidez ou de sobrevivência –, sendo que os montantes das pensões auferidas são inferiores ao ordenado mínimo nacional. Trata-se de uma população que, regra geral, vive em habitações muito antigas e degradadas. Possuem baixas qualificações escolares e

profissionais. Por último, muitos encontram-se num estado de saúde bastante fragilizado.

Serve esta caracterização para relembrar algumas das situações que muito contribuem para o referido desfasamento entre aquilo que é hoje a consagração legal de determinados direitos e a realidade vivida e experimentada pela larga maioria da população idosa. Por outro lado, ainda mesmo quando as situações de maior vulnerabilidade não se fazem sentir com tanta intensidade, não deixam de persistir vários problemas ao nível do exercício da cidadania.

O desafio que hoje se coloca já não é apenas o de proporcionar outras e melhores condições de vida a esta população; o desafio está também num outro entendimento que urge ter (e saber enquadrar institucionalmente) sobre a chamada terceira idade: o deixar de olhar para esta fase da vida como um tempo de espera, um “tempo de repouso final”, e passar a entendê-la como um novo modo de vida. Conforme descreve Christian Lalive D'Epinay: “Antigamente, o reformado sabia que estava perto do termo da sua vida; hoje em dia, enriquecido com a sua experiência de vida, está no limiar de uma nova vida. De uma vida a inventar”¹⁰.

8.4. O significado da literacia no universo social do idoso

Como temos vindo a reflectir, a construção social da categoria “idoso” tem-se “resignado”, num certo sentido, a identificar e realçar a equivalência entre este período da vida, a inactividade, a dependência e o agravamento das condições de vida.

Desde logo, a transição da fase de vida activa para a fase inactiva (entenda-se aposentação ou reforma) acarreta, em princípio, uma perda mais ou menos significativa de rendimento e, neste sentido, pode-se mesmo falar num aumento de vulnerabilidade à diminuição da qualidade de vida que, geralmente, se traduz numa forte dependência na satisfação das respectivas necessidades sociais, e cujo suporte se encontra entregue à limitação das possibilidades familiares e à debilidade do apoio formal e institucional.

No caso da sociedade portuguesa, alguma investigação sociológica tem evidenciado mesmo “a privação relativa e absoluta dos mais velhos na nossa

¹⁰ Christian Lalive D'Epinay, *Vieillir ou la Vie a Inventer*, Paris, L'Harmattan, 1991, pp. 9-10.

sociedade, o acúmulo de condições de vulnerabilidade e persistência da pobreza que caracteriza a sua condição social, constituindo-se como uma das categorias sociais mais desfavorecidas”¹¹, adiantando ainda que se, por um lado, “as condições e domínios de vulnerabilidade não são atributos específicos da idade, dado que alguns deles, na generalidade dos casos, preexistem à etapa idosa da vida, quando não a aceleram”, por outro lado, “expressam-se, no caso português, com veemência”¹².

No entanto, num outro sentido, a par desta ideia de que a entrada na velhice se *fecha* num círculo de privações, vulnerabilidades e dependências, as representações acerca deste período da vida têm-se debatido com todo um questionamento em torno das possibilidades de reorientação do tempo e de recolocação no espaço que o finalizar do ciclo da “vida activa” (entendida enquanto trabalho e emprego) veio *abrir*.

A partir do esforço de enquadramento da problemática do envelhecimento, da construção social da velhice e da exclusão social, parece-nos então ser possível problematizar um paradoxo.

Por um lado, as representações sobre a velhice tendem para aquele entendimento que associa a entrada nesta idade à inactividade, à dependência e a um agravamento das condições de vida.

Por outro lado, a velhice representa um estatuto único, que tem a ver com o saber e a experiência que em si encerra. Isto é, em primeiro lugar, ela representa a memória do tempo passado, num período em que a interrogação sobre a origem e a identidade do homem tem reencontrado um vigor existencial; em segundo lugar, os mais velhos detêm o monopólio de um outro saber, a vivência de uma fase da vida que está no horizonte de todos mas que nos é perfeitamente desconhecida.

Resumindo, nos contornos das representações sobre a velhice, a identificação desta fase da vida com a idade da reforma revela a desconexão entre o reconhecimento da importância do idoso e o enquadramento que lhe é dado social e institucionalmente, definindo-a como uma das categorias sociais mais desfavorecidas: fora do mercado de trabalho, constringida na satisfação das suas necessidades sociais pelos limites físicos, económicos e culturais do seu percurso.

¹¹ Paulo Machado, *op. cit.*, p. 24.

¹² Idem.

A partir, precisamente, da constatação do significado desta mesma desconexão, uma série de problemas se colocam no que respeita à mobilização das competências da literacia por parte de uma larga categoria da população, cujos direitos de participação social são reconhecidos, num sentido muito restrito, através da garantia de uma reforma mínima.

A conjuntura de recessão no quadro da economia mundial tem promovido o surgimento de novos factores de empobrecimento de alguns estratos da população: “a degradação das condições de trabalho no interior do sistema de emprego; o abrandamento das políticas de protecção social em consequência da crise financeira dos Estados-Providência; a crescente dissolução dos laços sociais e das solidariedades tradicionais”¹³.

Entre outras tendências, estes factores apontam para um atenuamento dos mecanismos institucionais e informais de apoio a situações de crise e precariedade económica e para o crescente isolamento social daqueles que estão mais directamente dependentes da Segurança Social, onde se incluem os reformados e pensionistas.

Este tipo de situações determina a exclusão do acesso aos recursos disponíveis na sociedade e à capacidade de participar plenamente nas actividades sociais e afecta “todos aqueles que, por factores variados, não têm capacidade, de por si só, aceder aos recursos, ficando assim em situação de privação material e, por consequência, em situação de dependência face aos auxílios prestados por terceiros, sejam os organismos estatais ou formas privadas de assistência e solidariedade social”¹⁴.

Como ilustra Claudino Ferreira, “o que está em jogo é, sobretudo, o modo como esses indivíduos, pela posição que ocupam no sistema de estratificação e pelo acesso restrito que têm aos recursos materiais e simbólicos, são excluídos da sua participação plena no estatuto de cidadania, isto é, colocados nas margens do sistema social”¹⁵.

É neste sentido que a participação social dos idosos está, desde logo, dependente do reconhecimento, por parte da sociedade que os envolve, da sua necessidade de assistência e do seu direito a essa assistência.

¹³ Claudino Cristóvão Ferreira, *Pobreza, Cidadania e Desqualificação Social. Uma Abordagem Sociológica da Exclusão Social em Portugal*, Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1994, p. 10.

¹⁴ *Idem*, p. 30.

¹⁵ *Ibidem*, p. 31.

Usufruindo assim daquilo que os estudiosos dos fenómenos da pobreza e exclusão denominam de “cidadania subsidiária”, este estrato da população sofre um processo de desqualificação social que o converte num estatuto social inferiorizado a partir de uma atitude colectiva que define a sua cidadania efectivamente como subsidiária, isto é, designada a partir da necessidade de auxílio.

Estamos então perante um fenómeno de exclusão que a evolução política das sociedades modernas reproduziu, apesar da emergência e expansão dos direitos de cidadania e do desenvolvimento de organismos estatais que a promovem: o acesso limitado e condicionado aos direitos e benefícios incluídos no conceito de cidadania.

O iletrismo é apontado hoje como uma das dimensões mais importantes deste fenómeno de exclusão social, na medida em que se foi prefigurando, como se refere no capítulo introdutório ao Estudo Nacional de Literacia, um novo tipo de analfabetismo afectando a população adulta que, apesar do aumento dos anos de escolarização, evidencia incapacidades de domínio da leitura e da escrita, vindo, por isso, diminuída a sua capacidade de participação na vida social. E estas dificuldades e insuficiências formativas revelam, antes de mais, a incapacidade de adaptação a um estado de incerteza permanente e à rapidez da mutação económica e social própria das sociedades actuais: todo um conjunto de mudanças estruturais que caracterizam e atravessam o processo de desenvolvimento económico e social.

Alguns fenómenos têm vindo, de facto, de uma forma muito concreta, a alterar o funcionamento das sociedades em geral, atribuindo-lhes uma nova configuração, na medida em que reflectem os principais desafios que as transformações operadas no mundo produtivo vieram colocar aos novos perfis de qualificações requeridas e as novas exigências que a movimentação no espaço social e a participação cívica definiram na transformação da rede de relações sociais e na construção de um novo conceito de cidadão e de cidadania.

Nesta perspectiva, podemos perceber que as mutações estruturais que atravessam as sociedades actuais, implicando uma transformação da vida social, proporcionaram uma mudança na concepção do indivíduo e da sua participação social. Intrinsecamente, a emergência do iletrismo, enquanto fenómeno social, político e cultural, é uma questão que aponta para o problema dos direitos humanos, dos direitos de participar e usufruir duma socie-

dade que, agora diferente, não está a saber devolver ao indivíduo a capacidade de se recolocar nessa nova ordem social. Porque a formação do indivíduo não está a acompanhar a formação do cidadão e porque, hoje em dia, se aponta claramente para uma sociedade em que a garantia da cidadania, e dos direitos e deveres que lhe são inerentes, é muito provavelmente a garantia de um desenvolvimento fundamentado e equilibrado: “Para permitir aos homens e às mulheres o exercício pleno da sua cidadania é preciso dar-lhes os meios concretos: fornecer-lhes os instrumentos conceptuais necessários para observar os factos, analisá-los e julgá-los. Nestas condições, poderão adaptar-se às mudanças rápidas que afectam as sociedades no seu conjunto. É este um dos objectivos da educação. Se ela é uma consequência da democracia, é também indissociável do seu exercício”¹⁶.

Estamos, então, perante a concepção de um modelo de “socialização participativa” que reconhece que as consequências das acções dos cidadãos podem ter repercussões sobre o conjunto da sociedade: por um lado, o actual conceito de “tempo livre” proporciona novas possibilidades materiais para fomentar a participação dos cidadãos na comunidade; e, por outro lado, com os novos avanços técnicos e desenvolvimentos sociais, é reconhecida a capacidade de influência sobre áreas sociais amplas e importantes.

Porém, este modelo tende também, claramente, para a superação, no processo de socialização dos indivíduos, do papel limitado dos agentes tradicionais (sobretudo a família e a escola) que têm visto ser bastante reduzida a sua área de influência sobre os cidadãos.

Neste contexto, vai-se impondo como necessária e urgente a perspectiva de contribuição das instituições de acção cultural e da educação de adultos, com um papel que poderá ser determinante no processo de desenvolvimento comunitário. Sobretudo, esta é uma tendência que constitui uma reacção à crise da concepção assistencial do “Welfare State” e às necessidades de desenvolvimento das comunidades de cidadãos situadas nos níveis inferiores da hierarquia social.

No novo modelo de desenvolvimento, do ponto de vista social, as dificuldades e insuficiências formativas revelam a incapacidade de adaptação a um estado de incerteza permanente e à rapidez da mutação económica e social que caracteriza as sociedades actuais. Daí que se avance no sentido de

¹⁶ Corine Ibram, «Pour lutter contre l'exclusion», *Éducation des Adultes*, 1993.

reconhecer que, dado o ritmo e dinâmica dos processos sociais, a formação dos indivíduos tem de se assumir como processo de construção, cuja prossecução ultrapassa, necessariamente, os limites dos sistemas formais de ensino.

A preparação que até a um passado recente era adequada a um estágio da vida relativamente estático, já não é suficiente para uma participação sustentada no mundo moderno, onde o adulto se confronta com uma necessidade de aprendizagem constante subjacente às múltiplas mutações inerentes às sociedades actuais.

Torna-se agora, a partir da reflexão que temos vindo a desenvolver, mais clara a importância que progressivamente se dá ao conceito de literacia na relação entre mudança, educação e cidadania, no sentido de as pessoas adquirirem um conjunto de capacidades, de competências, que lhes permitam realizar-se nos diferentes aspectos da sua vida, preparando-as para desempenhar uma função social, cívica e profissional nas comunidades de que fazem parte.

E um dos universos sociais em que esta importância se tem feito sentir com uma intensidade e um significado particulares, e cuja amplitude e conteúdo específico temos vindo a reflectir, é o universo deste grupo concreto da população adulta: os idosos.

Chegado ao final da “vida activa”, com toda a ambiguidade de que se reveste essa situação, ao idoso que encara este duplo desafio da reocupação de um tempo que já não é canalizado para o mercado de trabalho e da recolocação numa estrutura de relações sociais em mudança depara-se esta quase-condição de sobrevivência social: a necessidade de mobilizar no seu quotidiano um conjunto de competências e conhecimentos que ultrapassam os limites da formação escolar e das qualificações profissionais.

A verdade é que é imensa a variedade de situações quotidianas que exigem capacidade de compreensão e discriminação, e o que alguns autores têm denunciado é, precisamente, o facto concreto de que os níveis básicos destas capacidades, perante a abundância de mensagens recebidas, têm tendência a evoluir mais acentuadamente do que os níveis de escolaridade obrigatória, o que poderá significar que os que se encontram desprovidos de determinados conhecimentos “básicos” se vejam excluídos da sua aquisição na vida adulta.

Basta estarmos atentos à informação de alguns estudos realizados, que mostram que a par do problema do iletrismo existem outros tipos de carências e dificuldades, nomeadamente escolares, que constituem uma experiên-

cia com características particulares: aqueles que são normalmente definidos como analfabetos literais ou funcionais foram já, na maioria dos casos, vítimas de uma pré-exclusão no sistema escolar.

Neste sentido, um documento do Conselho Europeu da Cooperação Cultural¹⁷ aponta alguns aspectos elucidativos baseados num estudo realizado em Inglaterra sobre a educação e a formação para adultos com mais de 50 anos. Assim, revela-se, por um lado, o nível bastante fraco de acesso às possibilidades de formação para as pessoas idosas, com uma correlação directa entre idade e acesso; por outro lado, a participação crescente dos idosos na formação contínua, mas num contexto de grande incerteza quanto ao futuro de tal disposição; e, por outro lado ainda, a confirmação de que as desigualdades entre gerações, que reflectem a maior educação de base de que beneficiam os jovens, são acompanhadas de desigualdades no seio de uma mesma geração, ou seja, as pessoas idosas mais qualificadas têm um acesso mais volumoso do que as menos qualificadas.

Perante a denúncia deste processo de progressiva dualização social, e no contexto de um crescente ritmo de evolução da sociedade que torna cada vez mais necessária uma maior formação cultural que permita ao idoso desenvolver com competência o desempenho em todos os aspectos da vida social, quer os estudiosos atentos à evolução do conceito funcional de alfabetização, quer a reflexão produzida em torno da população idosa, têm vindo a defender precisamente a necessidade de “desacademizar” o conceito de educação básica e de repensar e reformular os contornos de uma efectiva educação para adultos.

Em particular, os limites da categorização social de que o idoso é alvo e o ilimitado conjunto de possibilidades e necessidades inerentes ao período de vida que atravessa tornam este desafio algo incontornável.

8.5. Envelhecimento e despovoamento: transformações sociodemográficas das freguesias de Santa Catarina e das Mercês

Situadas na zona antiga da cidade de Lisboa, Santa Catarina e Mercês são duas freguesias relativamente semelhantes quanto à sua caracterização.

¹⁷ Tom Schuller, «Réflexions sur la citoyenneté, les droits et l'éducation», Conseil de la Coopération Culturelle – Conference Finale, Strasbourg, 1995.

Para lá da proximidade geográfica (os seus limites territoriais são parcialmente fronteiriços), Santa Catarina e Mercês apresentam um conjunto de indicadores de caracterização muito parecidos. As suas histórias recentes podem facilmente ser narradas em paralelo. Vítimas de uma constante e progressiva desertificação, estas duas freguesias ilustram bem o processo de envelhecimento e de degradação urbana que se fez sentir um pouco por toda a Lisboa antiga nos últimos trinta anos. A uma população, em 1960, de 13 558 habitantes na freguesia das Mercês e de 11 715 em Santa Catarina contrapõe-se hoje, segundo os dados do Censos de 91, uma população residente de pouco mais de seis mil e de cinco mil pessoas respectivamente. De facto, nas últimas três décadas tanto a freguesia das Mercês como a freguesia de Santa Catarina viram as suas populações diminuir a um ritmo bastante acelerado, o que resulta ainda mais evidente quando as comparamos com o mesmo tipo de processo ocorrido no conjunto da cidade de Lisboa. Enquanto esta, na sua globalidade, sofreu um decréscimo na sua população na ordem dos 18%, ao longo dos últimos trinta anos, Mercês e Santa Catarina viram os seus residentes diminuir, no mesmo período, cerca de 56% (Quadro 8.1).

Quadro 8.1: Evolução da população das freguesias de Santa Catarina e Mercês

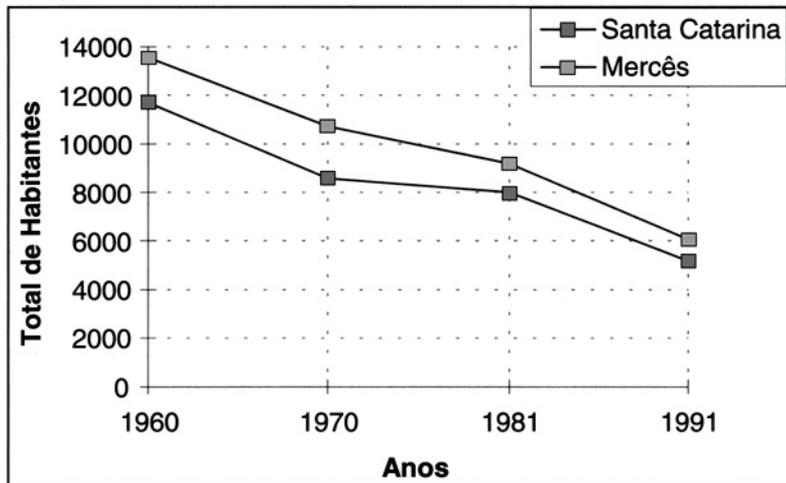
Anos	Santa Catarina		Mercês		Lisboa	
	Total	Taxa de crescimento	Total	Taxa de crescimento	Total	Taxa de crescimento
1960	11715	-	13558	-	802230	-
1970	8600	-26,6%	10735	-30,8%	760150	-5,2%
1981	7969	-7,3%	9201	-14,3%	807937	+6,3%
1991	5153	-23,5%	6039	-34,4%	663394	-17,9%

Não deixa de ser curioso verificar como a evolução demográfica que se fez sentir nas últimas décadas nestas duas freguesias é muito semelhante, o que é facilmente visível quando olhamos para o gráfico que ilustra essa mesma dinâmica demográfica (Gráfico 8.3).

Esta proximidade de indicadores entre as duas freguesias é também comprovada pela distribuição etária das suas populações (Gráfico 8.4). Uma e outra apresentam uma população bastante envelhecida, sendo a percentagem de pessoas com mais de 65 anos cerca de 25% em ambas as freguesias, o que é nitidamente superior à média nacional (13,6%) ou mesmo à percentagem do concelho de Lisboa (18,8%), valor já de si bastante elevado e

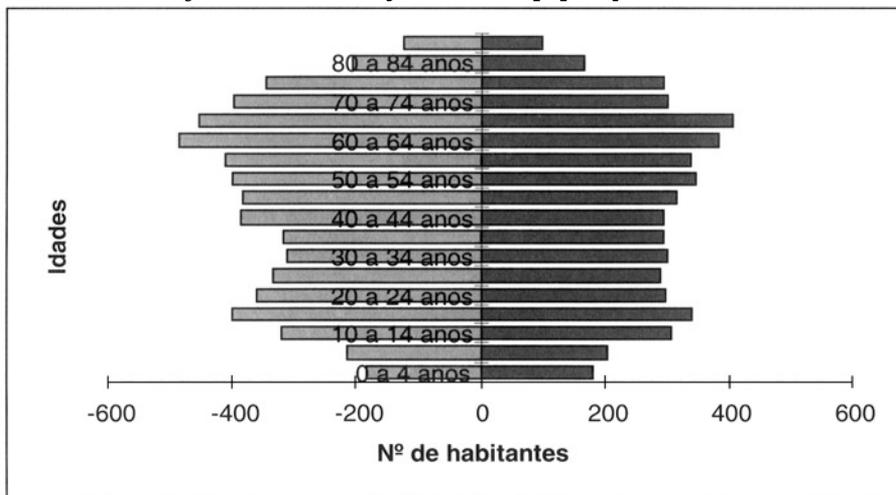
que não tem parado de crescer nos últimos trinta anos: 9,3% em 1960, 11,4% em 1970, 14,3% em 1981.

Gráfico 8.3: Evolução da população residente entre 1960 e 1991



Fonte: INE

Gráfico 8.4: Distribuição etária da população residente

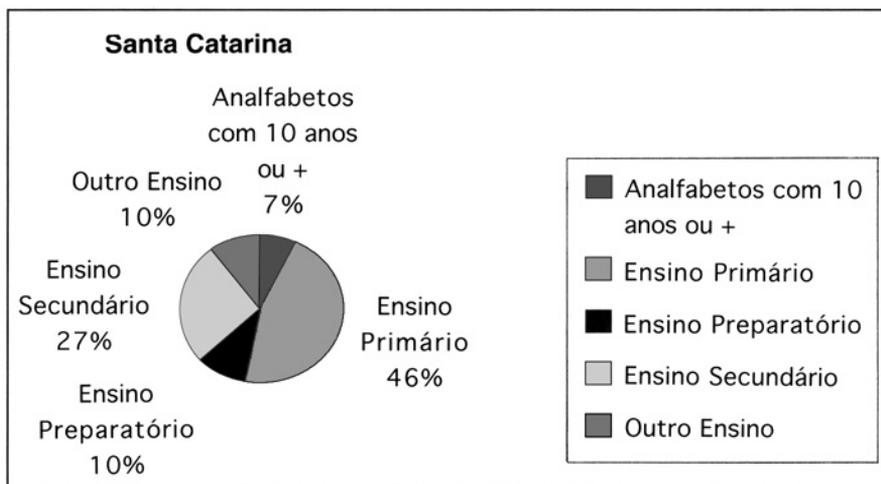


Fonte: INE

Relativamente a uma caracterização da escolaridade destas duas freguesias, uma vez mais, encontramos uma realidade em tudo semelhante. Ambas apresentam uma taxa de analfabetismo de 7% (valor não muito elevado quando comparado com os 11% nacionais, ainda que ligeiramente superior à taxa de analfabetismo no concelho de Lisboa: 5,7%). Quanto aos restantes

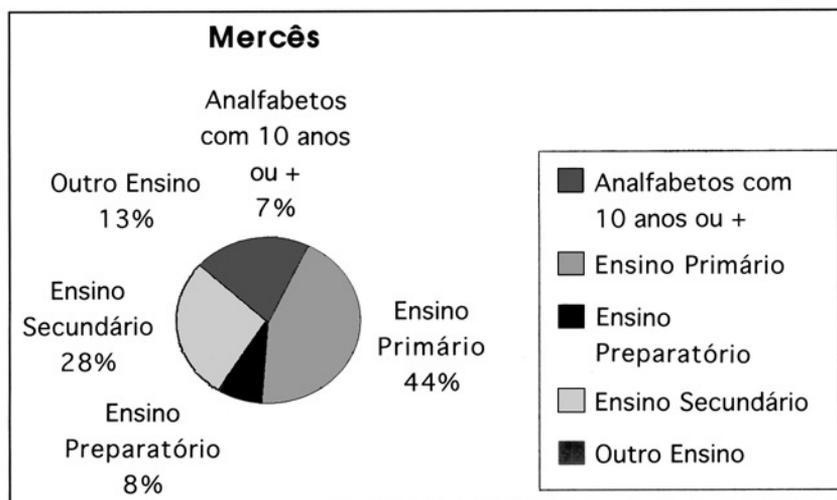
valores a proximidade também se confirma (Gráficos 8.5 e 8.6). De salientar, como aspecto mais relevante, o facto de as duas freguesias apresentarem quase valores idênticos aos do concelho de Lisboa no que diz respeito ao ensino preparatório e ao ensino secundário, o mesmo não sucedendo, porém, quando consideramos o ensino pós-secundário. Enquanto no concelho de Lisboa a média dos que prosseguiram os estudos após o ensino secundário é de 16,5%, em Santa Catarina e nas Mercês esses valores são apenas da ordem dos 10% e dos 13%, respectivamente.

Gráfico 8.5: Grau de escolaridade dos residentes na freguesia de Santa Catarina



Fonte: INE

Gráfico 8.6: Grau de escolaridade dos residentes na freguesia das Mercês



Fonte: INE

8.6. A relação dos idosos com a literacia: usos quotidianos e representações sociais

Espaços relacionais

Quer seja a partir dos dados apresentados, quer seja a partir da caracterização que os nossos interlocutores fazem desta população, parece ficar claro que, de facto, estamos perante uma população extremamente fragilizada. Fragilizada, conforme concluem aqueles que lidam todos os dias com os idosos, “não só pela idade, mas também pela situação económica de pobreza, o isolamento, o abandono e o analfabetismo”.

Inevitavelmente, os contornos desta caracterização reflectem-se na forma como pode ser qualificado o uso das competências de literacia. Desde logo, na medida em que estamos perante uma população com fracos recursos escolares, sendo mesmo muitos destes idosos analfabetos, não é de estranhar que os hábitos de escrita e leitura sejam realidades pouco presentes, conforme ilustram os interlocutores que lidam diariamente com esta população: “não têm hábitos de leitura, são muito poucos os que lêem jornais todos os dias ou mesmo as legendas da TV”; “a escrita e a leitura são realidades ausentes do seu quotidiano”.

Se bem que recusemos a variável escolaridade como indicador auto-suficiente para a medição das capacidades e competências inerentes à relação com a literacia, ela não deixa de constituir um elemento importante para a qualificação dessa mesma relação. Isto porque, como tem sido aliás argumentado pela reflexão teórica em torno das problemáticas educativas, existe uma inevitável correlação entre as capacidades e disposições para a leitura e a escrita, a experiência vivida no contacto com os saberes que a escola transmite e o fundo cultural dos indivíduos. Por isso mesmo, à forma que assume a relação do idoso com a literacia não será de todo indiferente o seu percurso escolar e as representações que transporta acerca da escola, do mesmo modo que, uma vez que o conceito de educação e aprendizagem não se esgota no espaço da escolaridade formal, poderá ter alguma relevância a frequência de cursos de formação profissional ou da denominada “escola de adultos”.

A este nível de abordagem a análise dos diversos discursos e os dados de que dispusemos apontam, de uma forma geral, para fracos recursos escolares (baixa escolaridade), um certo índice de analfabetismo e um passado profissional cujo perfil exigia poucos ou mesmo nenhuns requisitos escolares, sendo

ainda que nenhum dos idosos com quem falámos teve alguma vez acesso a qualquer tipo de acção formativa durante o seu percurso profissional.

A este propósito importa também referir que a junta de freguesia das Mercês estabeleceu um protocolo de alfabetização para adultos com uma escola, verificando-se que apenas catorze idosos frequentam as respectivas aulas. A ideia que foi possível reter é a de que o serviço prestado a este nível apresenta-se, pelo menos pela abordagem que fizemos acerca do aspecto organizativo, de alguma forma desadequado em relação às necessidades da população idosa.

Por um lado, o acesso a este tipo de aprendizagem acha-se bastante condicionado pela forma como está estruturado em termos de horários. Isto significa que uma vez que estas aulas funcionam ao fim do dia, a afluência é reduzida, na medida em que a maioria dos idosos a essa hora já está em casa e por questões de segurança ou de comodidade não sai. Por outro lado, a divulgação, que é feita pela própria alfabetizadora em coordenação com os centros sociais e com os alunos que frequentam a escola, apresenta algumas insuficiências. Nomeadamente porque nas conversas que tivemos poucos eram os que sabiam da sua existência e que tivessem alguma vez pensado em tal possibilidade.

Estas fragilidades e carências de competências de literacia fazem-se então sentir com um significado particular no contexto da satisfação das suas necessidades sociais, sendo geradoras de um conjunto de dificuldades e constrangimentos que bloqueiam a sua autonomia e provocam o desenvolvimento de estratégias alternativas por forma a contornar a situação de dependência em que se encontram.

De facto, tanto ao nível da gestão da sua vida financeira, como da resolução dos problemas de saúde, ou ainda da forma como se enquadram nos sistemas de apoio social que lhes são destinados, os idosos revelam um conjunto de carências e vivenciam dificuldades bem identificáveis.

A nossa opção em termos de critério para a estruturação e apresentação de uma análise que procura retraduzir – isto é, descrever e interpretar – estes contornos da relação que o idoso experimenta com a literacia, foi a de organizar e sistematizar a informação em função, por um lado, daqueles que constituem os espaços centrais do dia-a-dia do idoso, e por outro, dos sujeitos que nesses mesmos locais presenciam e participam no seu quotidiano e na sua relação com os materiais escritos.

Começamos pelo banco, uma instituição que nos pareceu ser um dos focos essenciais para obter dados importantes para a qualificação da relação com a literacia a partir da forma como acedem aos seus serviços, à informação aí veiculada e aos produtos que lhes são destinados.

Desde logo, quando procuram os serviços do banco, os idosos, de uma maneira geral, preferem aceder à informação pelo contacto directo e oral com os funcionários do banco do que através das formas escritas de informação que aí circulam. Assim, por exemplo, apesar de existir um painel que expõe quadros com os produtos oferecidos, os idosos acedem preferencialmente ao aconselhamento directo. “Os idosos procuram mais esta opção, depositam confiança no banco. Já vinham cá receber no activo e mantêm um elo de ligação com o banco através dos funcionários com quem lidam e que atendem os seus pedidos: ‘olhe, queria falar com o sr. fulano tal’, e se ele não está esperam que chegue, confiam nos conselhos do funcionário para aplicar os seus rendimentos, ‘o que acha que devo fazer, o que é que acha que é melhor?’, perguntam-nos”.

Um dos principais motivos por que recorrem ao banco é para receber a sua pensão ou reforma. De facto, a maior parte dos idosos de Santa Catarina e das Mercês recebem a pensão através de uma conta aberta no banco. A forma como este vencimento se processa já está mais ou menos mecanizada: “o banco tem um Calendário de Créditos das Pensões e as pessoas antes de o ano começar perguntam por este instrumento, um cartão com o qual lidam facilmente após uma breve explicação”.

No entanto, as dificuldades só vão sendo ultrapassadas, por um lado, com o acompanhamento dos funcionários e com a “força do hábito” e, por outro, com a cumplicidade de familiares, da assistente social, do médico ou de conhecidos que estejam na mesma situação. Diz-nos uma das assistentes sociais: “Têm muita dificuldade em lidar com a ‘papelada’, para eles é extremamente confuso; normalmente nunca vão sozinhos levantar a pensão, ou pagar a luz e a água, juntam-se e vão em grupos, não só por questões de segurança, mas também pelas dificuldades que sentem. Muitas vezes pedem-me apoio para resolver situações deste género”.

Esta é uma realidade que ganha mesmo traços de algum dramatismo no caso daqueles que estão mais isolados pelas circunstâncias da sua vida: “É o caso das viúvas, aquelas pessoas que, pela primeira vez, têm que aprender a

lidar com algo completamente novo; gera-se alguma aflição, o funcionário tem que acalmá-las, e passam a recorrer a este como intermediário, adaptando-se gradualmente, umas com mais dificuldades, outras com menos”.

No banco, segundo as palavras de um dos seus gerentes, “quem trata dos assuntos dos idosos são os próprios ou os familiares; a gestão corrente são os próprios que a fazem; quando se trata de um pormenor mais importante ou complicado vem o familiar, mas este normalmente não tem tempo para isso”. “Ao longo da vida tiveram sempre a ideia de amealhar o mais possível e, como sempre foram carenciados, têm que controlar muito bem o dinheiro” – é por isto mesmo que os idosos usam sobretudo a caderneta, uma vez que este instrumento tem tudo pormenorizado e facultá-lhes uma permanente organização das suas contas. “Muito poucos utilizam cheques, a maior parte recorre à caderneta, se bem que nem todos a saibam ler, já vão há muito tempo ao mesmo banco e lidam sempre com o mesmo funcionário, o que ajuda bastante; mas controlam tudo e são muito desconfiados, é aliás uma característica de todos, sobretudo em questões de dinheiro.”

Deste modo, os idosos revelam dificuldades notórias de adaptação aos mecanismos modernos. São poucos os que utilizam o multibanco ou o cartão de crédito, normalmente os menos idosos ou os que já tinham esse hábito no passado. Recorrem sobretudo ao depósito a prazo por ser mais tradicional: “os esquemas mais modernos de poupança, por exemplo, evitam ao máximo, porque têm medo que lhes mexam no dinheiro, que venham a perder algum. O banco é para ter o dinheiro ali bem contadinho, não querem saber de transferências ou outras formas mais complicadas de manipular os seus rendimentos”. Assim, de uma forma geral, todos usam e lidam facilmente com a caderneta: “sentem-se à vontade, até podem ser analfabetos mas não são parvos, ao nível dos números controlam tudo, têm ali tudo apontado, se um dia falha alguma coisa chamam logo a atenção, não deixam isso por mãos alheias”. Percebe-se assim que a relação com o elemento escrito quantitativo é fortemente marcada por esta necessidade do concreto e do controlo numérico pormenorizado que lhes permita o acesso ao cálculo que dominam sem grandes problemas.

Os Centros Sociais de apoio ao idoso constituem um espaço privilegiado, se não o mais privilegiado, para a percepção da dimensão da literacia no quotidiano de vida dos idosos. Em primeiro lugar, porque constitui o

espaço onde o idoso passa grande parte do seu tempo; em segundo lugar porque, enquanto instituição destinada ao enquadramento desta população, constitui um importante elemento mediador na satisfação de um determinado conjunto de necessidades sociais; e, por último, porque através da sua dimensão de animação cultural se desenvolvem algumas actividades lúdicas que implicam competências de literacia.

No que respeita ao quotidiano nos Centros Sociais, foi possível perceber, pelo que observámos e acompanhámos no terreno, que, de uma forma geral, os idosos não lêem qualquer tipo de publicação periódica, nem mesmo acompanham as legendas da TV, ideia que já referimos, aliás, no início desta caracterização da relação com a literacia. Por outro lado, percebemos ainda que, porque vivem relativamente afastados da família ou mesmo isolados, raramente ou nunca lidam com recados, mensagens ou cartas. Por isso, o volume de informação escrita com que lidam respeita sobretudo a correspondência documental e a questões de carácter mais burocrático.

E, neste caso, como temos vindo a descrever, de resto, revelam e assumem as suas incapacidades e socorrem-se do auxílio oportuno de alguém, muitas vezes das assistentes sociais que se encarregam, por seu lado, também, de assumir o tratamento dos processos burocráticos relativos à veiculação do idoso ao centro de dia.

Deste modo, o esquema de enquadramento destes Centros Sociais, onde surgem situações que impõem directamente o confronto com o recurso a competências de literacia, respeita essencialmente às actividades de animação cultural que aí são desenvolvidas.

No Centro Social de Santa Catarina, de entre as actividades organizadas regularmente, aquela que remete para o uso de competências de literacia é a assistência à passagem de filmes na Biblioteca Camões. Aquilo que pudemos perceber é que a preferência dos idosos vai para os filmes do “período áureo” do cinema português, ao que não será estranha a dificuldade ou mesmo total incapacidade em acompanhar as legendas quando se trata de filmes estrangeiros. Quanto ao acesso aos livros aí arquivados, os responsáveis pela Biblioteca, apesar de não terem um tratamento estatístico actualizado dos consumos, são da opinião de que é bastante restrito o número de idosos que a frequentam regularmente.

De resto, apesar de ainda dinamizar outro tipo de actividades – como passeios, idas ao teatro (quando a Câmara oferece bilhetes) ou miniférias –, e de ter contado com a dinamização feita através de um período curto de estágio de duas monitoras de um curso de animação cultural, a assistente social assume as insuficiências desta dimensão mais recreativa. Evoca, desde logo, dois problemas: um tem a ver com a necessidade de um investimento mais sério na dinamização de actividades através do recurso a técnicos especializados; outro tem a ver com as dificuldades em ultrapassar a resistência dos idosos em participar neste género de iniciativas: “há alguma resistência, sobretudo quando as actividades obrigam a sair da rotina; ficam logo incomodados e muito indecisos”. A justificação para este tipo de comportamento surge com alguma prontidão no seu discurso, quando avalia o trabalho realizado pelo centro neste âmbito: “a forma como reagem, a pouca receptividade, tem muito a ver com o seu passado; muito trabalho e praticamente inexistência de tempo de lazer. Por isso, acabando o trabalho, acaba praticamente tudo na vida deles”.

De facto, para muitos, tempo livre, lazer, etc., foram quase sempre realidades desconhecidas e com as quais, só agora, se vêem confrontados, o que faz com que na maior parte das vezes mostrem alguma relutância e resistência quando desafiados a novos projectos.

O Centro Social das Mercês, por seu lado, organiza um conjunto mais diversificado de iniciativas culturais, nomeadamente daquelas que implicam leitura ou escrita. Parece-nos óbvio que às razões desta maior dinamização, por comparação com o centro de Santa Catarina, não será de todo indiferente o facto de o Centro envolver no serviço prestado, para além da assistente social, uma monitora de animação cultural e dois animadores responsáveis pela dinamização de um grupo coral e de um grupo de teatro. Trata-se, de um ponto de vista avaliativo, de um importante esforço qualitativo no envolvimento do idoso. Em particular, a existência daqueles dois grupos recreativos tem vindo a revelar-se como uma experiência muito positiva e, apesar da resistência de muitos em participar, tem para todos um significado importante, sendo reconhecida como um dos motivos de orgulho dos idosos e da direcção do Centro. Tivemos, de facto, oportunamente, possibilidade de testemunhar esse mesmo reconhecimento quando fomos convidados para assistir a um dos momentos festivos que o Centro organiza periodicamente, e que foi animado por um conjunto de actuações de grande qualidade.

No que respeita à análise que nos interessava fazer do funcionamento destas actividades, seja no caso do teatro, seja no caso do coro, pudemos reter algumas conclusões, a partir quer da observação dos ensaios e da conversa com os protagonistas, quer das impressões que trocámos com os animadores.

Assim, tal como no outro centro, a resistência à participação neste tipo de iniciativas é notória, sendo que o esforço de mobilização desenvolvido pelos seus responsáveis dificilmente encontra respostas positivas por parte dos idosos. Formou-se um grupo inicial, que entretanto sofreu algumas alterações, mas que nunca viu o número de elementos aumentar significativamente. Mais ainda, a maior parte dos que estão envolvidos no grupo de teatro são os mesmos que encontrámos no grupo coral.

Se já tínhamos percebido com alguma clareza o porquê de ser reduzido o número de participantes, inevitavelmente surgiu-nos uma questão: porquê estes? Que motivos e motivações explicam a forma positiva como encaram a sua participação?

Os registos dos interlocutores com quem conversámos permitiram-nos algum esclarecimento. Também aqui, como noutros domínios já referidos, o aspecto mais determinante diz respeito à história de vida destes idosos, aos seus perfis, aos seus percursos anteriores. Se em algumas situações a entrada na terceira idade significou alterações e rupturas com os modos de vida passados, noutras situações, como esta, o que sobressai é uma continuidade entre hábitos, motivações e apetências para determinadas actividades. Ou seja, são aqueles que de algum modo no seu passado já haviam tido alguma relação com determinadas práticas e hábitos culturais, que, também agora, se envolvem “naturalmente” neste tipo de actividades.

O tipo de dificuldades sentidas ou de estratégias alternativas mobilizadas sucedem, então, em todos os espaços onde têm que aceder à informação ou à resolução de situações em que sejam confrontados com materiais escritos, tendo por isso fortes implicações na forma como se processa o atendimento por parte dos diferentes serviços que enquadram esta população.

Assim, também ao nível da Junta de Freguesia de Santa Catarina, instituição com a qual tivemos oportunidade de contactar, foi possível perceber esta realidade. De facto, quando recorrem à junta, normalmente para solicitar pequenas obras, arranjos de passeios ou gradeamentos, procuram o

auxílio das funcionárias para ultrapassar as dificuldades de escrita ou de leitura, sendo aquelas que acabam por resolver as situações.

No que respeita aos materiais escritos de carácter mais informativo, e de acordo com a Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina, acabam por aceder ao seu conteúdo sobretudo através das relações de vizinhança e da oralidade: “Tentamos fazer uma grande interacção com os sítios que mais frequentam – a igreja, o Centro de Saúde, os centros sociais, o pequeno comércio, etc. – onde procuramos permitir o acesso às nossas publicações e iniciativas. Apesar de muitos não saberem ler, basta um saber para chegar a todos”.

Por outro lado, em termos dos seus direitos também recorrem por iniciativa própria à junta, sobretudo no que respeita a questões sobre contratos de habitação. Muitas vezes, porém, não têm a mínima noção dos seus direitos e é aqui que são esclarecidos, através do apoio social e jurídico proporcionado.

Segundo a advogada responsável pelo gabinete de aconselhamento, estes idosos não têm efectivamente noção dos seus direitos e tudo o que está associado à resolução destas questões é algo que ignoram ou que lhes está deveras distante; os tribunais, por exemplo, constituem um mundo à parte que associam à necessidade de fazer grandes gastos. No entanto, a tendência aponta no sentido de estarem progressivamente mais consciencializados sobre as possibilidades de exercerem os seus direitos, sobretudo devido ao papel central da TV enquanto fonte de informação: “A mediatização deste tipo de problemas jurídicos foi como que uma alavanca para provocar e alertar as pessoas para a resolução dos seus problemas. É uma consciência de direito que apareceu no enquadramento do seu quotidiano. Discutem em conversa uns com os outros, ficam angustiados, e querem logo esclarecer-se, tirar todas as dúvidas. Nisto são muito expeditos. Aparecem muito aqui e batem o pé pelos seus direitos”.

No entanto, na forma como depois se processa o esclarecimento e a resolução dos diferentes problemas, novamente se fazem sentir dificuldades que só são ultrapassadas pela estratégia desenvolvida pela advogada no sentido de aproximá-los do seu discurso: “Na explicação procuro, sobretudo em termos de linguagem, ser clara e próxima do seu discurso, por forma a encaminhá-los o melhor possível. Quando já são muito idosos faço-lhes uma cábula porque as pessoas muitas vezes ficam baralhadas. Quando dizem que

não sabem ler digo-lhes para perguntarem a alguém, na mercearia ou na padaria, no sentido de os ajudar a interpretar a minha cábula”.

Assim, perante este contexto, a advogada conclui: “Tiveram sempre uma vida de trabalho e nunca estiveram habituados a resolver este tipo de situações. A autonomia é muito pequena e têm que recorrer regularmente a terceiros, daí que venham normalmente acompanhados por familiares ou vizinhos”.

Finalmente, ao nível do Centro de Saúde podemos identificar à partida três domínios principais a partir dos quais é possível apreender informação relevante para a qualificação da forma como estes idosos lidam com as competências de literacia: a marcação de consultas, a compreensão das terapêuticas e a aquisição de medicamentos.

No que respeita à marcação das consultas, o esquema organizativo do centro não exige o preenchimento de qualquer tipo de formulários, ou seja, dispensa a convocação das competências de escrita ou leitura. Se bem que geralmente seja cumprido com normalidade, muitas vezes os idosos tentam passar por cima dele, procurando desde logo a comunicação directa com o médico, em particular para a marcação de consultas “urgentes”.

Geram-se normalmente dois tipos de situações problemáticas distintas ao médico que acompanha o idoso: uma tem a ver com o aspecto clínico da explicação das patologias e respectiva medicação e terapêutica, outra tem a ver com algo que extravasa o domínio estritamente clínico, e que respeita à partilha de desabafos ou ao aconselhamento sobre questões que não dominam (relativas, por exemplo, ao banco, ao dinheiro, a problemas jurídicos ou familiares, ao preenchimento de documentos, etc.).

Em relação ao primeiro problema, os médicos são unânimes em afirmar que os idosos não obedecem às indicações médicas, e isto por vários motivos. Desde logo apontam o facto de se tratar, em termos socioeconómicos, de uma população pobre, que vive de uma reforma mínima, o que gera, por um lado, limitações financeiras na compra de medicamentos e, por outro, a necessidade de sujeição à alimentação do Centro de Dia. A este tipo de situação há que acrescentar ainda uma outra, bastante problemática, que respeita aos idosos que têm que gerir em casa a sua própria alimentação, e que, ou por falta de conhecimentos ou pelas debilidades físicas próprias da idade, sofrem

as consequências de uma alimentação insuficiente, do ponto de vista da qualidade da confecção e dos cuidados higiénicos essenciais. De resto, as características da sua alimentação são um importante factor explicativo do facto de, em termos de saúde, apresentarem sobretudo problemas em que o regime alimentar pode ser importante (hipertensão e diabetes).

Os próprios médicos são elucidativos: “A ausência de competências de leitura e escrita conduz, muitas vezes, a erros na dosagem dos medicamentos; trata-se de uma situação relativamente frequente. Há bastantes casos de automedicação ou de erros nas dosagens apesar de eu lhes dar sempre um guia de medicação. É um bocado difícil o cumprimento dessas dosagens, alguns pela falta de escolaridade e de conhecimentos, outros devido às patologias de que sofrem pela idade que têm, e outros ainda devido ao isolamento em que vivem”.

Os médicos vêem-se, assim, perante a necessidade de operacionalizarem uma estratégia que permita desbloquear as limitações reveladas pelos pacientes: “Os que sabem ler, faço a prescrição, levam o papel para se orientarem; os que não sabem ler, faço à mesma prescrição e digo-lhes para irem à farmácia e pedirem ao farmacêutico para, com os remédios à frente, lhes explicar as dosagens. Partindo da noção do seu grau de formação, há um certo cuidado na explicação das patologias e terapêuticas. A adesão à terapia está um pouco dependente da condição económica, por isso eu evito as terapias muito pesadas em termos de medicamentos, procuro não sobrecarregar os seus recursos económicos”.

Quanto ao segundo problema que atrás enunciámos, os médicos justificam a necessidade de assumirem esse papel de ouvinte paciente ou de conselheiro sobretudo devido às carências de eficácia do serviço de assistência social que o centro proporciona, não em termos qualitativos, mas essencialmente quantitativos, pela falta de um número suficiente de técnicos nesse domínio.

Por isso, admitem os médicos, muitas vezes o seu papel é muito mais o de um “confessionário” ou assistente social. Para além das questões de saúde e do convívio que se proporciona na sala de espera, é isto que os idosos procuram no centro de saúde. O médico tem para eles um estatuto muito especial, que não abrange meramente os assuntos patológicos da sua saúde, mas

que lhes proporciona também o desabafo de assuntos pessoais que muitas vezes não podem nem querem abordar em casa ou nos centros de dia por inibição e vergonha.

Auto-avaliações e exclusão social

Se, pela reflexão descritiva que temos vindo a concretizar, é possível concluir que, no caso concreto dos idosos das freguesias de Santa Catarina e Mercês, se trata de uma população onde a carência ou ausência de competências de literacia é notória, nos diversos domínios e espaços do quotidiano que experimentam, põe-se então a questão de saber como é que essa situação é sentida e vivida pelos próprios, e como é que aqueles que lidam regularmente com os idosos a avaliam.

Do ponto de vista dos próprios sujeitos idosos, o facto de a sua relação com materiais escritos revelar um conjunto concreto de carências e fragilidades não parece ser encarado de uma forma problemática.

Na realidade, confrontados com questões muito claras sobre o que sentiam a este nível, a maioria revelou um conformismo interiorizado e algo descomplexado. Assim, quando directamente lhes perguntámos se não se sentiam envergonhados ou inibidos quando, para preencher um qualquer formulário, têm que pedir auxílio ou mesmo revelar que não sabem ler ou escrever, a resposta foi: “não, então se eu quase não pus os pés na escola, não aprendi... tive que ajudar os meus pais, fui trabalhar e depois tinha lá tempo para isso...”.

Os interlocutores que acompanham rotineiramente o quotidiano destes sujeitos foram unânimes na forma como, a este propósito, enunciaram os seus discursos, descrevendo a auto-avaliação dos próprios como algo interiorizado e naturalmente aceite. Se não, vejamos os seus discursos: “Aceitam e vivem com isso. Não expressam tristeza nem vergonha, é raro. A maior parte lida com isso como algo que faz parte do seu dia-a-dia”; “As pessoas não se sentem diminuídas porque sempre viveram com isso e estão rodeadas por pessoas igualmente carenciadas, só os jovens são mais formados. E, depois, resolvem de qualquer forma as dificuldades que sentem recorrendo a outrem” – confirmavam-nos os médicos o que as assistentes sociais já nos tinham referido: “Encaram normalmente, são poucos os que se sentem encolhidos ou envergonhados”.

No entanto, por outro lado, uns e outros interpretam esta situação como factor importante de exclusão social reconhecendo que, apesar de não o expressarem, a maioria dos idosos está consciente de que essas incapacidades os diminuem aos olhos da sociedade. “É algo que está interiorizado mas que os diminui; apesar do processo de naturalização dessa incapacidade têm pena e vergonha” – adiantava um dos médicos esta ideia que outros interlocutores desenvolveram: “a ausência dessas competências é um factor primordial de exclusão; são constantemente assaltados, enganados, burlados; vivem situações diabólicas”; “foram conseguindo encontrar outros mecanismos de compensação, mas estiveram sempre dependentes, e esta dependência com a velhice, obviamente, tem tendência a aumentar”; “trata-se de uma pobreza muito grande”. E, por isso mesmo, o raciocínio de alguns aponta no sentido de alertar para a importância do investimento na alfabetização de adultos: “Seria óptima a possibilidade de serem sensibilizados e acederem à escola de adultos, seria essencial investir nesse processo de alfabetização orientado para a população adulta, nomeadamente a idosa”.

Assim, se a percepção das carências sentidas é algo naturalizado e aceite, não deixa de ser interiorizado como uma incapacidade e como um atributo desvalorizador e desqualificador e que, por isso mesmo, revela uma dimensão importante de exclusão social.

8.7. Breve conclusão

Quando se decidiu incluir no projecto de pesquisa a realização de uma monografia que abordasse a relação com a literacia num contexto particular de uma população idosa, o objectivo central era conseguir retratar em termos qualitativos a forma como sujeitos com mais de 65 anos enfrentam e resolvem diariamente as situações que convocam a mobilização de competências de leitura, escrita e cálculo.

Obviamente, o reconhecimento de alguns aspectos que envolvem esta categoria social suscita, logo à partida, a curiosidade sociológica no sentido de equacionar a dimensão que assume a relação com a literacia num grupo social que, não sendo abrangido pelo inquérito nacional, constituía um “objecto-alvo” em relação ao qual o dispositivo metodológico montado pelo projecto não podia ficar indiferente.

Deste modo, o grande contributo que se pretendia retirar da realização desta monografia era, precisamente, a concretização de uma abordagem des-

critiva dos aspectos centrais que qualificam as situações quotidianas do uso da literacia, e simultaneamente, problematizadora das questões reveladas por esta dimensão da vida do idoso.

Chegados ao fim deste estudo de caso parece-nos ser possível equacionar o seu conteúdo sob duas perspectivas.

Em primeiro lugar, a abordagem aqui exposta permite ilustrar algo que já tem vindo a ser reflectido no debate sociológico produzido em torno da problemática da velhice. Isto é, permite reafirmar que, de facto, face às transformações sociodemográficas – e que tiveram como consequência o reforço da segregação demográfica urbana, fazendo aumentar o número absoluto e a densidade de grupos domésticos idosos (nomeadamente em Lisboa) – há que perceber o significado da emergência de uma nova construção social da dependência da população idosa que já não é exclusivamente alimentada pela equivalência entre velhice e pobreza, “mas faz intervir as necessidades de bem-estar e a respectiva satisfação técnica como elementos com um peso específico independente da condição socioeconómica do idoso; com uma lógica própria”¹⁸. Os fenómenos de segregação sociodemográfica que as cidades conhecem têm uma dimensão particularmente complexa no que respeita à faixa idosa das suas populações, e que se revela na inadaptação do espaço e dos serviços urbanos relativamente às necessidades deste grupo social. Assim, a reflexão sobre as transformações da dinâmica demográfica no quadro social em que essa dinâmica ocorre e a análise das respostas por parte dos agentes sociais em presença na cidade têm revelado que, efectivamente, existem situações de disfuncionamento em diferentes domínios, quer seja no plano habitacional, quer no que respeita aos equipamentos colectivos.

Em segundo lugar, o esforço produzido nesta monografia no sentido de equacionar as questões levantadas a partir do lugar que a literacia ocupa no quotidiano do idoso permite caracterizar uma dimensão particular desta dependência: a ausência ou fragilidade de competências de literacia. De facto, torna-se evidente, no caso dos idosos de Santa Catarina e das Mercês, a associação entre estas carências e todo um conjunto de situações de dependência e exclusão. Sendo assim, se pelo enquadramento social e institucional a categoria social do idoso é construída nos contornos de uma real dependência

¹⁸ Paulo Machado, *op. cit.*, pp. 21-54.

face à satisfação de um conjunto diversificado de necessidades sociais, esta dimensão da relação com a literacia vem alimentar e reforçar a lógica dessa mesma dependência. E isto porque, no seu quotidiano, na gestão da sua vida social e cívica, são múltiplos os processos que convocam a mobilização de competências de literacia.

Neste quadro, e perante a extrema dificuldade ou mesmo total incapacidade, ao idoso só lhe resta recorrer a estratégias que contornem as suas manifestas limitações. E estas passam, claramente, pela capacidade de fazer valer um conjunto de recursos alternativos que possuem e dominam: as relações sociais, as relações de vizinhança, ou seja, os mecanismos de entajuda construídos ao longo de toda uma vida na comunidade de pertença.

Um dos traços mais visíveis que resulta desta monografia prende-se, precisamente, com a ideia de que uma forte continuidade atravessa o percurso dos idosos na sua relação com a literacia. Ou seja, quem ao longo da sua vida desenvolveu práticas e consumos que implicassem a convocação do escrito, prolongou essa relação no presente. Do mesmo modo, para aqueles, a maioria, que sempre se confrontaram com enormes dificuldades na relação com o material escrito, a velhice significou apenas a continuidade dessa situação. Sendo assim, o importante é perceber que, em ambos os casos, a entrada na velhice não assume o sentido de uma qualquer ruptura com o passado, mas tão-só uma continuidade com os universos culturais e comunicacionais conhecidos e experimentados. Por tudo isto, ainda que as suas práticas sejam suportadas por uma significativa dependência face a outrem, esta não é vivida nem percebida pelos próprios idosos como um forte constrangimento.

Deste modo, os contornos que a literacia assume no quotidiano do idoso carecem de ser lidos à luz deste duplo significado. Por um lado, torna-se evidente que das fracas competências em matéria de literacia decorre uma nítida dinâmica de exclusão em termos de participação social, pela forma como condicionam e limitam o acesso a direitos e benefícios incluídos no conceito de cidadania. Os estudiosos da literacia têm, aliás, vindo a esclarecer os aspectos desta dinâmica. A este propósito as palavras de Claire Fondet surgem-nos com toda a oportunidade: “Se o não acesso às aprendizagens fundamentais e o iletrismo constituem atentados intoleráveis aos Direitos do Homem, não é apenas por privarem uma parte dos cidadãos dos instrumentos da leitura e da escrita hoje em dia indispensáveis mas, também, porque

reduzem ao silêncio, à não comunicação, à inutilidade e, portanto, a uma não cidadania de facto”¹⁹.

Mas, por outro lado, importa ter igualmente presente que da exclusão e da desqualificação social não decorre automaticamente uma incapacidade do idoso em saber fazer face às situações com que se tem de defrontar no seu quotidiano.

Deste modo, se quando se aborda a situação destes idosos, relativamente ao primeiro aspecto desse duplo significado, se identifica uma indiscutível realidade de exclusão social, quer pelos processos de desqualificação social implícitos à “entrada” na terceira idade, quer pelo posicionamento face à forma como a sociedade define e enquadra os mecanismos formais e informais de suporte social, parece-nos fundamental reter e problematizar as consequências que decorrem do outro plano de análise a que nos referimos anteriormente.

Isto é, as pistas lançadas por esta monografia apontam de facto para um retrato preocupante da realidade vivida pelo idoso. Mas, a partir da leitura desse retrato, importa evitar dramatismos excessivos ou catalogações estigmatizantes. O idoso vive limitado por um conjunto de carências de leitura e escrita que o condicionam, colocando-o numa situação evidente de desfavorecimento social; aceita e naturaliza o significado dessas mesmas fragilidades, está conformado. Mas também é verdade que não é uma vítima inconsciente do iletrismo. Na sua auto-avaliação é bem afirmada a noção de que tais limitações o desqualificam aos olhos da comunidade e o constroem nas suas expectativas.

Esta chamada de atenção surge, essencialmente, no sentido de relembrar e reafirmar que a definição dos conceitos de literacia/iliteracia não condena irreversivelmente os sujeitos desprovidos de tais competências à incapacidade de se recolocarem e adaptarem às exigências da sociedade actual. Pelo contrário, o aprofundamento conceptual aqui implícito faz precisamente a apologia da necessidade de explorar os potenciais de experiência de vida e de aprendizagem pertinentes em cada situação social. Quer isto dizer que a análise e denúncia do problema do iletrismo, enfim, a investigação

¹⁹ Claire Fondet, *Vaincre l'Illettrisme*, Paris, Édition Science et Service Quart Monde, 1990.

desenvolvida em torno deste fenómeno, ao identificar e concretizar situações e formas de desadequação, ao apontar e explicitar possíveis causas e lógicas sociais subjacentes, permite ainda aprofundar a *qualidade* das carências sentidas e evidenciadas, indicando, assim, importantes pistas para o entendimento e sistematização das necessidades de intervenção.